



Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Instituto de Letras e Linguística – ILEEL

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL

Mestrado em Linguística

CONECTORES DE ENUNCIADOS EM SATERÉ-MAWÉ

VIRGÍNIA DO NASCIMENTO PEIXOTO

Uberlândia/MG

2014



VIRGÍNIA DO NASCIMENTO PEIXOTO

CONECTORES DE ENUNCIADOS EM SATERÉ-MAWÉ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para o título de Mestre em linguística.

Área de concentração: Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: teoria, descrição e análise linguística.

Orientadora: Profª Drª Dulce do Carmo Franceschini.

Uberlândia/MG
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P379c Peixoto, Virgínia do Nascimento, 1960-
2014 Conectores de enunciados em Sateré-Mawé / Virgínia do Nascimento
Peixoto. -- 2014.
80 f.: il.

Orientadora: Dulce do Carmo Franceschini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Inclui bibliografia.

1. Linguística - Teses. 2. Índios da América do Sul – Línguas - Teses. 3.
Língua mawé -- Teses. I. Franceschini, Dulce do Carmo. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Estudos
Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Ao povo Sateré-Mawé;
Aos meus pais, Julieta e Sylvio (em memória);
A minha orientadora, Dulce C. Franceschini.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo a Deus por seu imenso amor que me permitiu realizar este empreendimento.

A Universidade Federal de Uberlândia e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos pela oportunidade de realizar este curso.

À Secretaria de Educação de Manaus por autorizar a minha participação no Programa “Qualifica”, destinado à capacitação de seus professores em nível de pós-graduação "stricto sensu".

À Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas pelo incentivo à formação continuada de seus servidores.

À professora Dulce Franceschini, pelo voto de confiança dado ainda na graduação, pelo exemplo que motiva, pela oportunidade de conhecer os Sateré-Mawé e aprender um pouco sobre sua bela língua. Por seus ensinamentos e orientações nos estudos em grupo e nas disciplinas ‘Sintaxe funcional’ e ‘Estudos sintáticos’. Especialmente, pela amizade.

À minha família pelo amor incondicional: mãe Julieta e pai *Sylvio* (em memória), aos meus irmãos Roberto, Ricardo e às minhas irmãs Silva e Cacilda pelo amor e apoio constantes, mesmo à distância; particularmente a ti Silva, que tornou isso possível.

Ao cunhado-irmão Marcondes e à cunhada-irmã Regina pelo carinho e apoio nesse tempo de ausência.

Às sobrinhas-filhas Roberta, Renata, Julie, Cássia, Isabel, Eva e aos sobrinhos-filhos Sylvio, Roberto e Rafael pelo carinho constante.

À querida família mineira, Cardoso Mendes, que me recebeu de coração aberto: Sr. Evando, Gisele e Heitor. Especialmente a Sra. Maria José pela amizade e carinho e, ao amigo-irmão Rogério Cardoso pelo apoio dado em tantos momentos dessa minha aventura em Uberlândia.

Aos professores Sateré-Mawé José de Oliveira, Helito dos Santos e Edinelson Andrade pelo tempo dedicado ao estudo da língua. Mui especialmente ao Nek’i, professor que se tornou um amigo.

À Denize Carneiro pela grande amizade, desde a graduação, pelo incentivo maior para que eu cursasse o mestrado, pelo companheirismo e apoio em todas as horas.

À Carol Coelho e Fernanda Rezende que tive a felicidade de conhecer e de conviver durante dois semestres, pela amizade e pelos bons momentos vividos.

À professora Cármen Augustini pela experiência enriquecedora e feliz no decorrer dos estudos sobre Metodologia da Pesquisa em Linguística e sobre as teorias de Benveniste, bem como por suas orientações durante a banca de qualificação.

Ao professor Evandro Silva Martins por suas preciosas observações e orientações nas bancas de qualificação e de defesa de dissertação de mestrado.

À professora Ana Suelly Arruda Câmara Cabral por seus conhecimentos e orientações na banca de defesa de dissertação de mestrado.

Aos amigos Jane Sena, Aline Regina, Simone Sarges, Renato Ipiranga, Izabel Buzaglo, Socorro Tavares, Perpétua Pereira e Silvia Carneiro que, mesmo à distância, fortaleceram os laços de amizade, tão importante para quem está longe de casa.

Finalmente, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma descrição e análise de unidades linguísticas que funcionam como conectores de orações na Língua Sateré-Mawé. Essa língua é membro único da família linguística Sateré-Mawé, pertencente ao tronco Tupi (Cf. RODRIGUES, 2002). Seus falantes habitam, em sua maioria, a região do médio rio Amazonas na Terra indígena Andirá-Marau, localizada no estado do Amazonas, na divisa com o estado do Pará, e a sua população é de 12.000 pessoas (cf. SESAI, 2014). Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo de “Descrição e análise de aspectos morfossintáticos da língua Sateré-Mawé” coordenado pela Dra. Dulce do Carmo Franceschini – UFU e se fundamenta no arcabouço teórico da linguística descritiva, do ponto de vista do funcionalismo estrutural europeu de linha francesa, com base, principalmente, em André Martinet (1972); Claude Hagège (1982); e Denis Creissels (2006); entre outros autores. Este trabalho enquadra-se ainda no paradigma da pesquisa-ação, uma metodologia de trabalho que implica em um comprometimento maior do pesquisador com o grupo envolvido na pesquisa. O corpus selecionado para este trabalho é constituído de enunciados extraídos de narrativas escritas por professores indígenas Sateré-Mawé e publicados sob a forma de livros. Foram identificados no *corpus* 13 unidades que funcionam como conectores em Sateré-Mawé. Entretanto, só foi possível analisar o funcionamento morfossintático e semântico-funcional de sete dessas unidades, a saber: *maʔato*, *pʔino*, *tupono*, *sio*, *pote*, *turan* e *miʔite*. Pretende-se, com esta pesquisa, poder contribuir para a compreensão do funcionamento da Língua Sateré-Mawé, sua documentação e, principalmente, sua revitalização, a partir da divulgação dos resultados de nossa pesquisa entre os professores indígenas, que, de certa forma, são co-autores deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Sateré-Mawé; Conjunções; funcionamento morfossintático e semântico-funcional.

ABSTRACT

This dissertation presents a description and analysis of language units that function as connectors of sentences in Sateré-Mawé language. This language is only member of the linguistic family Sateré-Mawé, belonging to the Tupi (Cf. RODRIGUES, 2002). Its speakers inhabit mostly the region of the middle area of Amazon Indigenous Lands in Andira-Marau, located in the state of Amazonas, in the border with the state of Pará, and its population is 12,000 people (cf. SESAI, 2014). This research is part of a broader project of "Description and analysis of morphosyntactic aspects of Sateré-Mawé language" coordinated by Dr. Dulce do Carmo Franceschini - UFU and is based on the theoretical framework of descriptive linguistics, from the standpoint of European structural functionalism from French line, based mainly on André Martinet (1972), Claude Hagège (1982) and Denis Creissels (2006), among other authors. This work also fits into the paradigm of action research, a working methodology that implies a greater involvement of the researcher with the group involved in the research. The corpus selected for this work consists on statements extracted from narratives written by indigenous Sateré-Mawé teachers and published in the form of books. In the corpus, 13 units that function as connectors Sateré-Mawé were identified. However, it was only possible to analyze the morphosyntactic and semantic-operation of seven of functional units, namely: {*ma'ato*}, {*pyno*}, {*tupono*}, {*sio*}, {*pote*}, {*turan*} and {*mi'ite*}. It is intended, through this research, to contribute to the understanding of the functioning of Sateré-Mawé language, its documentation, and especially its revitalization, from the dissemination of the results of our research among indigenous teachers, which, in a way, are co-authors of this work.

KEYWORDS: Sateré-Mawé language; Conjunctions; morphosyntactic and semantic-functional operation.

LISTA DE ABREVIATURAS

p1	Primeira pessoa singular
1 incl.	Primeira pessoa do plural inclusiva
1 excl.	Primeira pessoa plural exclusiva
p2	Segunda pessoa singular
2pl	Segunda pessoa plural
p3	Terceira pessoa do singular não-correferencial
p3 cor.	Terceira pessoa do singular correferencial
3pl.	Terceira pessoa do plural não correferencial
3pl. cor.	Terceira pessoa do plural correferencial
adv.	Advérbio
aspec.	Aspecto
At. I	Voz ativa I
At. II	Voz ativa II
V.In.	Voz inativa
VM	Voz média
Attr. I	Atributivo I
Attr. II	Atributivo II
aux.	Auxiliar
col.	Coletivizador
conec.	Conector
loc.	Locativo
det.	Determinante
Dem.	Demonstrativo
excl.	Exclamação
imp.	Imperativo
neg.	Negação
NOM	Nominalizador
part.	Partícula
fut.	Futuro
pl.	Plural
posp.	Posposição

pron. poss.	Pronome possessivo
Pr.rel.	Pronome relativo
refl.	Reflexivo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Figura 1: Mapa da Terra Indígena Andira-Marau.....	15
Figura 2: Mapa da Área Indígena dos Rios Marau-Urupadi.....	16
Figura 3: Mapa da Área Indígena dos Rios Andirá e Waikurapá.....	17
Quadro 1: Crescimento da população sateré-mawé.....	18
Quadro 2: Situação sociolinguística sateré-mawé.....	19
Quadro 3: Representação do Tronco Tupi.....	20
Quadro 4: Prefixos pessoais dos nomes na forma possuída.....	22
Quadro 5: Índices de relação alienáveis e inalienáveis.....	23
Quadro 6: 1º Inventário dos conectores.....	54
Quadro 7: Ocorrência dos conectores nos enunciados.....	56

SUMÁRIO

Dedicatória.....	I
Agradecimentos.....	II
Resumo.....	IV
Abstract.....	V
Lista de abreviaturas e siglas.....	VI
Lista de ilustrações.....	VIII
 INTRODUÇÃO.....	 11
 Capítulo 1: OS SATERÉ-MAWÉ.....	 15
1.1. Localização e população.....	15
1.2. Situação sociolinguística.....	18
1.3. A língua Sateré-Mawé.....	19
 Capítulo 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	 30
2.1. Análise dos enunciados na perspectiva funcionalista.....	35
a) A proposta de análise de Claude Hagège.....	35
b) A frase complexa.....	41
c) Subordinação e coordenação.....	41
2.2. Os conectores.....	48
 Capítulo 3: METODOLOGIA.....	 51
 Capítulo 4: CONECTORES DE ENUNCIADOS EM SATERÉ-MAWÉ.....	 55
4.1. Conjunções coordenativas.....	57
4.1.1. <i>ma ʔato</i>	57
a) <i>ma ʔato</i> antes do predicado.....	57

b) <i>ma ʔato</i> após o predicado.....	59
4.1.2. <i>pino</i>	60
a) <i>pino</i> antes do predicado.....	60
b) <i>pino</i> após o predicado.....	62
c) <i>pino</i> em nível transfrástico.....	63
4.1.3. <i>tupono</i>	65
4.1.4. <i>sio</i>	66
4.2. Conjunções subordinativas.....	68
4.2.1. <i>pote</i>	68
4.2.2. <i>turan</i>	69
4.2.3. <i>mi'ite</i>	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	75

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa de descrição e análise de unidades linguísticas da língua Sateré-Mawé que funcionam como conectores de enunciados.

O povo sateré-mawé vive na Terra Indígena Andirá-Marau, localizada na região do Baixo-Amazonas, na divisa do Estado do Amazonas e Pará. A sua população está estimada em 12.000 pessoas, conforme dados da SESAI (2014)¹. A língua falada por este povo é o Sateré-Mawé, membro único da família linguística de mesmo nome, pertencente ao tronco Tupi.

Esta pesquisa integra um projeto mais amplo de “Descrição e análise de aspectos morfossintáticos da língua Sateré-Mawé”, e tem como objetivo descrever e analisar as unidades dessa língua que funcionam como conectores de enunciados, contribuindo desta maneira para a sua documentação, uma vez que essas unidades linguísticas do Sateré-Mawé ainda não foram objeto de um estudo sistemático. Os resultados de nossa pesquisa também poderão contribuir para o desenvolvimento da linguística teórica. E do ponto de vista social, pretende-se colaborar para a revitalização da língua Sateré-Mawé, já que o conhecimento sistematizado nesta pesquisa será repassado aos professores indígenas e servirá para melhorar o ensino da língua materna nas escolas indígenas.

A preocupação com a revitalização de línguas indígenas se justifica, porque, no Brasil, embora ainda haja uma grande diversidade de línguas e culturas indígenas, muitas dessas línguas estão em perigo de extinção e poucas foram documentadas. Esse fato é relevante porque existe uma ligação muito estreita entre a língua e identidade de um povo, de tal forma que, ao desaparecer uma língua, desaparece também a cultura e o grupo que a fala.

Conforme Rodrigues (2005) havia no Brasil por volta de 1,2 mil línguas indígenas que foram dizimadas em sua maioria ao longo de 500 anos de contato. Hoje, existem apenas 220 povos indígenas e somente 180 línguas indígenas que ainda são faladas, por uma população de cerca de 160 mil pessoas.

Essa extinção de grupos e línguas é resultado de um violento processo de colonização imposto aos povos que habitavam as terras brasileiras desde a chegada dos colonizadores, os quais não vieram para constituir um país, mas para explorar as riquezas do lugar, incluindo os povos que aqui habitavam. Além da exploração econômica, os indígenas também sofreram com a dominação religiosa que os obrigava a abandonar suas línguas, crenças e costumes, para assumir a língua, a cultura e a religião do colonizador. Ou seja, as relações entre os que

¹ Essa informação foi obtida pela OPISMA (Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé dos rios Andirá e Waikurapá) junto à SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), a qual nos repassou verbalmente.

aqui chegaram e os povos indígenas sempre foram marcadas por imposição, dominação e negação da identidade do índio. Essa atitude em relação aos indígenas não mudou na república.

No período da ditadura no Brasil, o discurso era o de “integração do índio à sociedade nacional”, numa tentativa de apagamento da diversidade de culturas existentes no país, com vistas a interesses econômicos e de “segurança nacional”, como se cada povo não tivesse uma identidade própria, ou pudesse, simplesmente, abrir mão dessa identidade para se “integrar” à cultura do outro. Mas o indígena resistiu e ainda resiste, numa luta desigual e cheia de conflitos.

O Indígena desde sempre representou um empecilho para o desenvolvimento do país; políticas de integração foram colocadas, mas nem sempre tiveram os resultados. Um dos objetivos dessas políticas era a assimilação do indígena por meio do ensino do português; para tanto, escolas foram implantadas nos territórios indígenas. Porém, quando não era possível assimilar pacificamente, exterminavam-se os povos e com eles suas línguas (...) Ainda hoje, pode-se assistir ao conflito entre indígenas e membros da sociedade envolvente, conflito este em que a língua é apenas um dos elementos ao lado da cultura, modo de ser e estar no mundo. E, infelizmente, na maioria dos casos, quem perde essa ‘guerra’ é o indígena, sendo que não perde ‘apenas’ sua língua, mas também seus valores tradicionais, sua espiritualidades, enfim sua própria identidade. (FRANCESCHINI, 2011, p.47-48).

Essa história, cheia de conflitos e de negação da identidade do índio deixou marcas negativas nos dois lados. Do lado dos povos indígenas, resultou no extermínio de línguas e culturas e, do lado dos “brancos”, resultou numa sociedade marcada por discriminação e preconceito em relação aos índios. Houve até quem preconizasse o desaparecimento das populações indígenas em pouco tempo.

Entretanto, a partir da inclusão dos indígenas no levantamento censitário do Brasil (2000) ficou patente que a população dos que se reconheciam como indígenas não reduziu, ao contrário, teve um aumento considerável, por nascimentos. Além disso, surgiram movimentos de resistência, como no caso dos Baré, cuja língua já se perdera, mas assumiram o *nheengatu* como a sua língua como uma forma de autoafirmação étnica e de resistência.

Mesmo com os direitos dos indígenas estabelecidos na Constituição de 1988, a situação de perigo para as línguas indígenas no Brasil permanece e a perda de diversidade é grande.

Embora esta tenha sido a primeira carta magna a reconhecer direitos fundamentais dos povos indígenas, inclusive direitos lingüísticos, as relações entre a sociedade majoritária e as minorias indígenas pouco mudou. Graças à Constituição em vigor está havendo diversos desenvolvimentos importantes para muitas dessas minorias em vários planos, inclusive no acesso a projetos de educação mais específicos e com consideração de suas línguas nativas. Entretanto, ainda são grandes a hostilidade e a violência, alimentadas não só por ambições de natureza econômica, mas também pela

desinformação sobre a diversidade cultural do país, sobre a importância dessa diversidade para a nação e para a humanidade e sobre os direitos fundamentais das minorias. (RODRIGUES 2005)

No que concerne ao contato entre as línguas, as relações também sempre foram cheias de conflito, pois os preconceitos existentes na sociedade transferem-se para as relações entre as línguas em contato.

Conforme Franceschini (2011, p.46), na história de contato das línguas indígenas do Brasil com o português, as relações, desde os tempos coloniais até os nossos dias, são mais de conflito que de contato de línguas, considerando que essas relações sempre levaram não somente ao extermínio das línguas, mas também dos povos indígenas.

A distinção entre contato e conflito linguístico reside no fato de que o contato pressupõe uma relação de harmonia que, em verdade, nunca aconteceu. Já o conflito não admite a possibilidade de coexistência pacífica entre duas línguas, pois há sempre uma hierarquização das línguas em contato, como reflexo da hierarquia social, ou seja, os valores sociais são atribuídos às línguas.

Esta perspectiva de conflito linguístico implica em uma noção de diglossia, na qual não se fala mais de convivência pacífica entre “duas ou mais línguas com diferentes funções”, mas de uma relação hierarquizada que leva, em última consequência, ao desaparecimento da língua menos competitiva, isto é, a que tem menos prestígio social, nesse caso, a língua indígena.

No caso específico da língua Sateré-Mawé, mesmo após 400 anos de contato, essa língua ainda é falada por cerca de 80% da população que vive na área indígena. Entretanto, há um crescente processo de perda linguística, o qual se acentua em comunidades situadas mais próximas de centros urbanos.

O avanço de não-indígenas sobre o território Mawé se intensifica a partir da segunda metade do século XIX com a fundação das cidades de Maués, Parintins e Barreirinha no Amazonas e Itaituba no Pará, com descendentes de colonizadores. Segundo Souza (1873), em 1862 existia na região do Tapajós quatro comunidades Mawé com uma população total de 3.667 indígenas, mas três delas foram logo destruídas pelos seringueiros, os quais teriam se apoderado deste território e fundado ali a cidade de Itaituba. Ao longo dos séculos XIX e XX, os Mawé estiveram, portanto, em conflito com os não-indígenas que penetravam seu território em busca de pau-rosa, da borracha e de outros produtos da floresta. Um desses produtos, o guaraná, planta domesticada pelos Mawé – também era procurado, desde o século XIX, pelos comerciantes locais que o vendiam, principalmente, no Mato Grosso (FRANCESCHINI, 2011, p. 50).

Portanto, diante desse quadro desfavorável, as línguas indígenas correm sério risco de desaparecerem sem que tenham sido documentadas, havendo necessidade urgente de

pesquisadores que se interessem em ter formação na área de descrição e análise de línguas indígenas e que também promovam ações que ajudem os falantes dessas línguas a dar continuidade na transmissão de suas línguas para outras gerações.

Assim, com o intuito de poder contribuir para a documentação e revitalização da Língua Sateré-Mawé, esta pesquisa tem como objetivo identificar as formas linguísticas empregadas como conectores de enunciados nessa língua, descrever e analisar essas unidades, os tipos de relações que podem estabelecer entre unidades frasais, identificar seus valores semântico-funcionais e classificá-las de acordo com o tipo de relação que estabelecem.

A apresentação dessa dissertação está organizada em quatro capítulos, os quais apresentam os seguintes tópicos: “Os Sateré-Mawé”, “Fundamentação teórica”, “Metodologia” e “A análise dos conectores de enunciados em Sateré-Mawé.”

No primeiro capítulo, apresentamos os dados contextuais, referentes ao povo Sateré-Mawé, sua localização, população, a situação sociolinguística e a classificação da língua Sateré-Mawé entre as demais línguas brasileiras, assim como uma breve abordagem quanto aos verbos e os nomes dessa língua, conforme os estudos morfossintáticos da língua Sateré-Mawé realizados por Franceschini (1999).

Apresentamos, no Capítulo 2, os pressupostos teóricos que embasam esta pesquisa, especificamente, a abordagem funcional estrutural, em seus aspectos teóricos relevantes, principalmente, as propostas de André Martinet (1972); a proposta de Claude Hagège (1982) quanto à análise dos enunciados de uma língua em níveis: morfossintático, semântico-referencial; Denis Creissels (2006) no que se refere à frase; e uma breve abordagem sobre a noção de conector.

No capítulo 3 intitulado Metodologia, apresentamos os procedimentos metodológicos e a constituição do corpus da pesquisa, assim como as orientações quanto ao paradigma da pesquisa-ação.

E, finalmente, no capítulo 4, apresentamos “A análise dos conectores de enunciados em Sateré-Mawé”, isto é, uma análise do funcionamento morfossintático e semântico-funcional de unidades identificadas no corpus deste trabalho e que funcionam como conectores em Sateré-Mawé, a saber: *ma?ato*, *p?ino*, *tupono*, *sio*, *pote*, *turan* e *mi?ite*.

Pretende-se, com esta pesquisa, poder contribuir para a compreensão do funcionamento da Língua Sateré-Mawé, sua documentação e, principalmente, sua revitalização, a partir da divulgação dos resultados de nossa pesquisa entre os professores indígenas, que, de certa forma, são co-autores deste trabalho.

Capítulo 1: OS SATERÉ-MAWÉ

1.1 Localização e população

O povo Sateré-Mawé² é originário de extensa área, localizada entre os rios Tapajós e Madeira, delimitada ao norte no rio Amazonas (ilhas Tupinambaranas) e ao sul pelo rio Tapajós. Atualmente habitam a região do médio rio Amazonas, na Terra Indígena Andirá-Marau, localizada no estado do Amazonas, na divisa com o estado do Pará (ISA, 2011). Há também uma comunidade sateré-mawé convivendo com os Munduruku, na Terra Indígena Koatá-Laranjal, localizada em Nova Olinda do Norte/Am.

A Terra Indígena Sateré-Mawé Andirá-Marau foi demarcada numa área de 788.528 mil hectares, abrangendo os estados do Amazonas e Pará, tendo sido homologada em 1986. O mapa abaixo apresenta a localização da Terra Indígena Andirá-Marau, na divisa dos estados do Amazonas e Pará.



Figura 1: Terra Indígena Andira-Marau (ISA, 2014)

Nessa terra indígena existem 91 comunidades sateré-mawé, distribuídas em três áreas, caracterizadas conforme o nome dos rios que banha cada uma delas. Andirá (Município de Barreirinha), Marau (Município de Maués) e Waikurapá (Município de Parintins).

²Termo com o qual os membros deste grupo se autodenominam. Entretanto, conforme FRANCESCHINI (2011), o termo Sateré designa um dos principais clãs dessa nação indígena.

Segundo o diagnóstico sociodemográfico da população sateré-mawé, coordenado por Teixeira (2005), com a participação dos professores indígenas, o povo sateré-mawé, assim como outros povos indígenas, depois de um longo período de tempo de redução populacional, apresenta-se em processo de crescimento demográfico.

Em relação aos Sateré-Mawé, esse crescimento pode ser observado a partir de informações quanto ao quantitativo de sua população, levantados desde 1987 (Cf. LORENZ, 1992) até 2014 (Cf. SESAI, 2014), conforme mostra a tabela abaixo.

Ano	População	Fonte
1987	7.767 pessoas	Lorenz, 1992
2002/2003	8.500 pessoas	Teixeira, 2005
2008	9.156 pessoas	FUNASA, 2008
2011	10.500 pessoas	FUNASA, 2011
2014	12.000 pessoas	SESAI, 2014

Quadro 1: Crescimento da população sateré-mawé

Observa-se que houve um aumento significativo da população sateré-mawé, pois, num período de 27 anos (1987/2014), seu crescimento foi da ordem de 54,49%.

1.2 Situação sociolinguística

Como visto na tabela acima, na época do levantamento sociodemográfico da população sateré-mawé, realizado por Teixeira (2005), isto é, em 2002 e 2003, a população Sateré-Mawé foi estimada em 8.500 pessoas, vivendo nas terras indígenas do Marau-Andirá, do Koatá-Laranjal, e também em áreas urbanas de municípios de Parintins, Maués, Barreirinha e Nova Olinda do Norte, para as quais emigraram. Sendo que, do total de 8.500 Sateré-Mawé recenseados, 7.502 residiam nas terras indígenas e 998 nas quatro sedes urbanas, acima mencionados.

Quanto ao levantamento linguístico, este foi realizado com a participação dos professores Sateré-Mawé, tomando por base a concepção de que “a língua é um importante instrumento de construção de cultura e de identidade de uma população”, conforme Teixeira (2005), e considerando, para o levantamento das informações, apenas os falantes na faixa etária de 5 anos e mais.

De acordo com a tabela abaixo, os resultados do censo apontaram para uma situação favorável em relação aos falantes da língua Sateré-Mawé que residem nas terras indígenas. Dentre esses, a língua é falada por 95,9% das pessoas; um pouco mais da metade dessas pessoas lê (52,1%) e escreve (51,9%) em Sateré-Mawé, conforme pode ser visualizado na tabela, reproduzida de Teixeira (2005).

Habilidades	Terra Indígena			Área urbana	
	Nº de pessoas	Percentual		Nº de pessoas	Percentual
		Fala	Não fala		
Fala	5.510	95,9 %	4,1 %	459	54,9%
Lê	2.292	52,1 %	47,9 %	251	30,0%
Escreve	2.980	51,9 %	48,1 %	224	26,8%

Quadro 2: Situação sociolinguística sateré-mawé

No entanto, a situação quanto aos falantes do Sateré-Mawé que não leem (47,9%) e não escreve (48,1%) não é tão expressiva se comparada com total de falantes.

Contudo, embora esses dados gerais, quanto aos falantes do Sateré-Mawé, que vivem nas terras indígenas, apontem uma situação favorável para esta língua, essa situação, apresentada no quadro acima, não é homogênea em todas as áreas e subáreas, nem para todas as aldeias, tanto em número de falantes quanto em termos de faixa etária. Com o agravante de que há áreas em que o Sateré-Mawé já não é mais falado por parcelas da população indígena. Ou seja, esses dados, aparentemente favoráveis, mascaram um crescente processo de perda linguística.

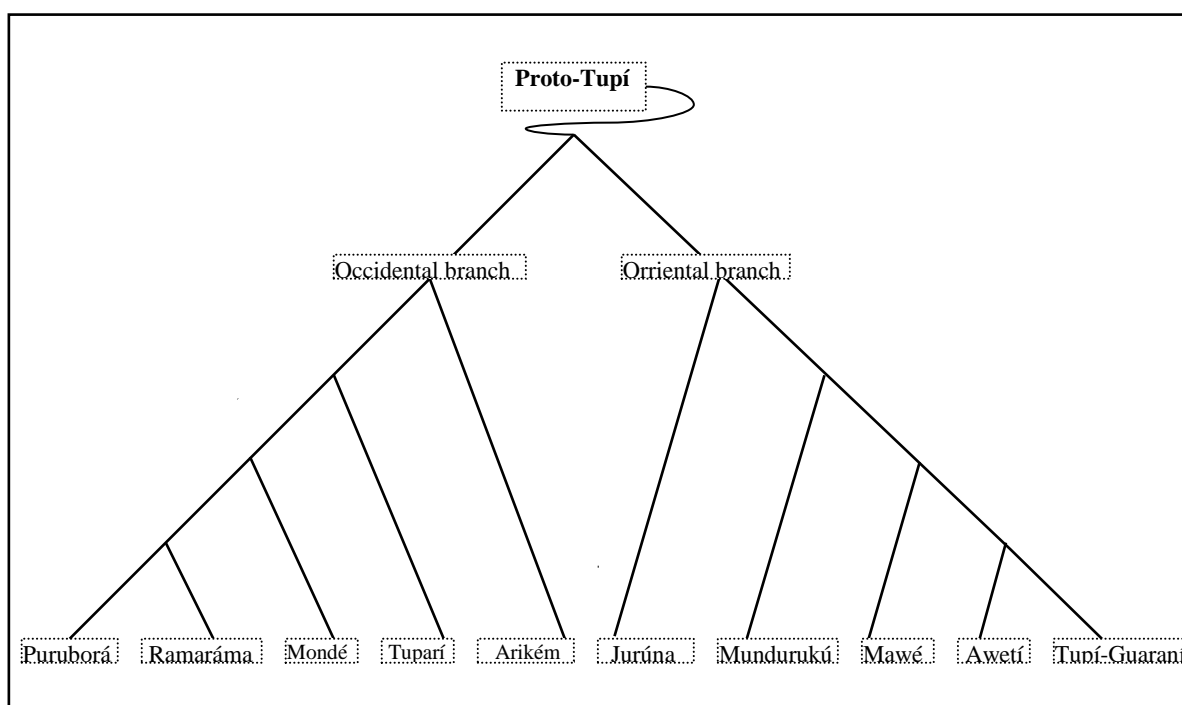
Já em relação à situação da língua Sateré-Mawé nas cidades, o levantamento aponta para uma situação mais desfavorável ainda, se comparada ao que ocorre nas terras indígenas. O percentual dos indivíduos com 5 anos e mais anos que perderam o domínio da língua indígena eleva-se para 45,1%. Considerando a língua na sua modalidade escrita, o percentual ainda são maiores: 70% não leem a língua Sateré-Mawé e 73,2% não a escrevem.

1.3 A língua Sateré-Mawé

A língua Sateré-Mawé é membro único da família linguística de mesmo nome, pertencente a esse tronco linguístico. Essa língua foi classificada por Rodrigues (2002) como língua isolada por não apresentar semelhanças com outras línguas do tronco tupi.

Aryon Dall'igna Rodrigues foi o linguista a propor uma constituição interna do tronco Tupí que tornou a hipótese desse agrupamento genético como plenamente consolidada. A proposta de Rodrigues foi o resultado de estudos realizados por ele desde a década de 1940 e que evoluía à medida que novas línguas tornavam-se conhecidas. Mas é em Rodrigues (1984-1985) e em Rodrigues (1985) que o tronco Tupí se consolida como constituído de dez famílias linguísticas. Quanto à constituição interna desse agrupamento, Rodrigues propôs uma divisão interna da família Tupí-Guaraní em 8 subramos (1984-1985) e chamou a atenção para afinidades entre Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní suficientes para fundamentar a hipótese de um subagrupamento dentro do tronco (cf. RODRIGUES 2002, 2010).

Rodrigues e Cabral (2012) propõem um modelo arbóreo para o Proto-Tupí baseado principalmente na distribuição geográfica das línguas e, em alguns casos, nas afinidades linguísticas, como são os casos das famílias Mawé, Awetí, Tupí-Guaraní e Mundurukú, o qual reproduzimos em seguida:



Quadro 3: Tronco Tupi (RODRIGUES & CABRAL, 2012, p. 496)

A situação da língua Sateré-Mawé, comparada com a de outras línguas indígenas, pode-se dizer que é boa, principalmente, se considerarmos os dados gerais do censo realizado por Teixeira (2005) o qual anuncia que mais de 80% dos membros desse grupo ainda fala a sua língua. Contudo, como visto anteriormente, já há um crescente processo de perda

linguística, o que torna urgente a necessidade de ações que ajudem na revitalização da língua, assim como a formação de mais pesquisadores para a sua descrição e documentação.

Quanto aos estudos sobre língua Sateré-Mawé, os mais aprofundados têm sido realizados pela linguista Dulce Franceschini que há quase vinte anos tem trabalhado na descrição e análise morfossintática dessa língua, pesquisando e contribuindo com esse povo. Pois, além da descrição e análise morfossintática, desenvolveu atividades pedagógicas, ajudando os Sateré-Mawé na elaboração de dicionário, livros de leitura, inclusive uma gramática, elaborada com a participação de professores Sateré-Mawé de diferentes comunidades. E esse material muito tem contribuído nas atividades de ensino desta língua na escola sateré-mawé.

A constituição da gramática se deu a partir dos dados já sistematizados na tese de doutorado dessa pesquisadora. Esses dados foram coletados nas comunidades da área indígena e, depois de analisados, foram organizados e deram corpo à Gramática monolíngue *Pusu Ağkukağ: Estrutura da Língua Sateré-Mawé*. Ela se constitui de dois capítulos, o primeiro trata de fonologia e ortografia e o segundo apresenta uma análise morfossintática das classes dos nomes, pronomes e verbos da língua Sateré-Mawé. As demais classes de palavras ainda precisam ser estudadas.

Com o objetivo de contribuir com a continuidade do estudo morfossintático da língua Sateré-Mawé, foram defendidas recentemente duas dissertações de mestrado sobre dois outros aspectos que ainda não haviam sido sistematizados: “A interrogação em Sateré-Mawé” (2011), defendida por Fernanda Ferreira Espoladore - UFU⁵ e “Construções negativas em Sateré-Mawé” (2012) defendida por Denize de Souza Carneiro - UFU. É com esse mesmo intuito que nos propomos a investigar os conectores de enunciados da língua Sateré-Mawé.

Além dos trabalhos citados, já foram publicados por Franceschini vários artigos sobre aspectos da morfossintaxe dessa língua, entre os quais: “O Sistema verbal em Sateré-Mawé” (2000), “A voz inversa em Sateré-Mawé” (2001), “Os demonstrativos em Sateré-Mawé” (2005), “Os valores da voz média em Sateré-Mawé” (2007), “As posposições em Sateré-Mawé” (2009), “Estrutura actancial em Mawé” (2011), dentre outros.

Apresentamos a seguir uma breve abordagem das duas grandes classes de palavras da língua Sateré-Mawé, conforme a análise morfossintática feita por Franceschini (1999) e cujo entendimento é fundamental para a análise dos enunciados dessa língua. As classes são: os nomes e os verbos.

⁵ Universidade Federal de Uberlândia

Os nomes em Sateré-Mawé se distinguem dos verbos por sua composição morfológica e propriedades morfossintáticas. Enquanto os nomes podem ser empregados em função actancial e predicativa, os verbos só poderão figurar em função actancial se forem nominalizados (p. 23).

O nome pode ser morfológicamente simples ou complexo. O nome é simples quando constituído apenas pelo radical e morfológicamente complexo, quando composto de radical e afixos. Conforme os dois exemplos abaixo, retirados de Franceschini, (1999, p. 23)

ahut *i* - *i* - *kahu*
 ‘papagaio’ 3Inact + Attr.II + ‘ser bonito’

“O papagaio é bonito.”

u - *i* - *tĩ* *i* - *i* - *kahu*
 1 poss. + Attr.II + “mãe” 3Inact + Attr.II + ‘ser bonito’

“Minha mãe é bela.”

O nome “ahut” (“papagaio”) apresenta-se em forma absoluta (forma simples), e “u-i-tĩ” (“minha mãe”) numa forma complexa que apresenta a seguinte estrutura: prefixo pessoal/nome (determinante), mais o morfema relacional e o radical nominal (determinado). Está forma complexa é uma forma possuída. Os prefixos pessoais das formas possuídas são os constantes da tabela abaixo:

Pessoas	Singular	Plural
1	u -	Inclusivo a- Exclusivo uru-
2	e-	e-
3	não reflexivo i- / φ- reflexivo to-	i’atu ta’atu

Quadro 4: prefixos pessoais dos nomes na forma possuída

A primeira pessoa do plural apresenta duas formas: o prefixo “a-” (inclusivo) que indica a inclusão do locutor e do interlocutor (ou interlocutores), e o prefixo “uru-” (exclusivo) que exclui os interlocutores ou parte deles. As formas semelhantes para a segunda pessoa do singular (e-) e do plural (e-) podem ser distinguidas por índices de relação específicos.

Também encontramos distintas formas para a terceira pessoa, no singular e no plural. Esses morfemas indicam se há uma posseção não reflexiva (*i-* / ϕ - para o singular, *i'atu-* para o plural) ou uma posseção reflexiva (*to-* para o singular e *ta'atu-* para o plural).

Os índices de relação que são prefixados ao verbo, indicam o tipo de relação possessivo-genitiva que se estabelece entre o radical nominal e o prefixo pessoal ou o nome em função genitiva, essa relação pode ser inalienável ou alienável. Conforme a compatibilidade dos nomes com estes índices, apresentados na tabela abaixo, retirada de Franceschini (1999).

Classes de nomes	Índices de Relação	Tipos de posseção
Nomes alienáveis	Atributivo I: [-he- ~ -e-]	Alienável
Nomes Inalienáveis	Atributivo II:	Inalienável
I	[-i- ~ - ϕ -]	
II: II.1	[-h- ~ -s-]	
II.2	[h- ~ -j-]	

Quadro 5: Índices de relação alienáveis e inalienáveis

Os termos alienável e inalienável estão relacionados ao modo como o Sateré-Mawé organiza os nomes.

Os nomes de coisas que não são partes constitutivas do possuidor, nem pertencem ao seu domínio são considerados, em Sateré-Mawé, nomes alienáveis. Esses nomes alienáveis são marcados pelos índices [-he- ~ -e-], e denominados por Franceschini como “Atributivo I”, conforme a tabela acima. Vejamos dois exemplos também extraídos de Franceschini (1999).

u - h(e) - aware
p1+ Attr.I + ‘cachorro’ “meu cachorro”

u - he - yara “minha canoa”
p1+ Attr.I + ‘canoa’

Nesses exemplos, os índices de relação prefixados ao verbo marcam uma relação alienável, pois o cachorro e a canoa não são considerados vitais para o possuidor.

Já os nomes referentes às coisas que são consideradas intrínsecas, ou seja, que são parte constituinte do possuidor ou pertence ao seu domínio, são considerados, em Sateré-Mawé, nomes inalienáveis, e são marcadas pelos índices [-i- ~ - ϕ -] ou pela variação da consoante inicial do nome determinado no sintagma possessivo-genitivo. Os índices que

marcam uma possessão inalienável são chamados por Franceschini de “Atributivo II”, conforme a tabela acima. Vejamos dois exemplos extraídos de Franceschini (1999).

u - i - ‘yat
p1+Attr.II + ‘casa” “minha casa”

u - i - po “minha mão”
p1+Attr.II + ‘mão”

Como mostram os exemplos, a “casa” e a “mão” são nomes de coisas inalienáveis, vitais (“a mão”), e pertencentes ao domínio do possuidor (“a casa”), por isso recebem os índices de relação classificados como “atributivo II.”

Conforme Franceschini, os nomes inalienáveis se dividem em dois subgrupos: O grupo I, dos nomes que recebem os índices de relação [-i- ~ -φ-] e grupo II, nomes que apresentam uma alternância consonantal no início do lexema, conforme a tabela acima.

O grupo I é constituído pelos nomes que só aparecem na forma possessiva. Os nomes desse grupo recebem a variante [-i-] com os prefixos pessoais: p1(u-); 3 não refl.(i-); 1 incl.(a-) e p2 (e-). E a variante [-φ-] é sempre usada com os prefixos pessoais: 1exc. (uru-); 2pl(e-); pr (to-); 3pl não refl. (i’atu); e 3pl refl. (ta’atu) e nome determinado por outro nome. Vejamos três exemplos, conforme Franceschini (1999),

u - i - ‘yat’
p1+Attr.II + ‘casa” “minha casa” (variante [-i-])

uru - φ - ‘yat’ “nossa casa” (variante [-φ-])
1excl. + Attr.II + ‘casa”

Paulo - φ - ‘yat “a casa de Paulo” (variante [-φ-])
Nome + Attr.II + ‘casa”

Fazem parte do grupo II os nomes que apresentam uma alternância consonantal no início do lexema. Esse grupo também se subdivide em dois: os nomes que apresentam as consoantes /h/ e /s/ no início do lexema (II.1) e os nomes que apresentam as consoantes /h/ e /j/ no início do lexema (II.2).

Os nomes do Grupo II.1 apresentam uma variação entre a fricativa glotal /h/ e a fricativa alveolar /s/ em posição inicial. A consoante inicial /h/ é empregada com os prefixos:

p1 (u-); 1incl. (a-); 2pl (e-); 3não refl. (ϕ). E a consoante /s/ é empregada com os prefixos 1 excl. (uru-); p2 (e-); 3 refl. (to-); 3pl não refl. (i'atu); 3pl refl. (ta'atu).

Nos exemplos a seguir a consoante inicial /h/ é empregada com os prefixos [u-] de primeira pessoa do singular e [e-], segunda pessoa do plural.

u - het “meu nome”
p1 + ‘nome’

e - het “vosso nome”
2pl + ‘nome’

Já nos dois exemplos abaixo, a consoante /s/ é empregada com o prefixo pessoal de primeira pessoa exclusiva [uru-], no primeiro exemplo e, no segundo, com a terceira pessoa do singular, reflexiva:

uru - set “nosso nome” (exclusiva)
1 excl. + ‘nome’

to - set “seu nome” (reflexiva)
3 refl. + ‘nome’

Os nomes do Grupo II.2 apresentam as consoantes /h/ e /j/ no início do lexema. Esses nomes apresentam uma variação entre a fricativa glotal /h/ e a palatal /j/. A consoante /h/ é empregada com os prefixos: p1 (u-); 3 não refl. (ϕ); 1incl. (a-); p2 pl (e-) e a consoante /j/ com os prefixos pessoais p2 (e-); 3pl (i'atu); 1excl. (uru-) e nome. Vejamos dois exemplos de cada.

u - (h)yiŋ “meu dente”
p1 + ‘dente’

e - (h)yiŋ “vosso dente”
2pl + ‘dente’

Nos exemplos acima, a consoante inicial /h/ é empregada, no primeiro exemplo, com o prefixo pessoal [u-] de primeira pessoa do singular e, no segundo exemplo, é empregado com a segunda pessoa do plural [e-].

Já nos exemplos a seguir, a consoante /j/ é empregada com um nome e com o prefixo de terceira pessoa do plural [i'atu-].

aware - ʃyiŋ “o dente do cachorro”
cachorro + ‘nome’

i'atu - ʃyiŋ “o dente deles”
3pl + ‘dente’

Conforme Franceschini (2009), esses índices de relação podem ser empregados com nomes, verbos de estado e posposições, apresentando as mesmas formas e significados que podem ser correlacionados a partir da noção de posseção.

Quanto à classe dos verbos, conforme a análise morfossintática realizada por Franceschini (1999) há na língua Sateré-Mawé dois grupos de verbos, os verbos de estado e os verbos de processo. Esses dois grupos de verbos organizam-se segundo três critérios: o tipo de construção, ativa e inativa; a orientação da construção (diátese-voz); e o aspecto lexical do verbo.

No que se refere ao tipo de construção, a língua Mawé foi classificada por Franceschini como uma língua do tipo dual, conforme a tipologia de Gilbert Lazard⁶. Nessa tipologia, as relações sintáticas na frase verbal são estudadas considerando as relações que ligam ao verbo os seus complementos. Esses complementos podem ser actantes propriamente ditos, ou seja, termos de actância primária, como sujeito e objeto. E os termos de actância secundária, os circunstantes.

Os termos de actância primária são unidades do plano morfossintático que podem ser seres ou coisas que, de alguma forma, participam do processo instaurado pelo verbo que é o centro da frase. Essas unidades são indicadas pelos termos X, Y e Z. O termo Z é o participante único da construção uniactancial, o termo X faz referência a um participante agente na construção biactancial e o termo Y remete a um participante paciente. Quanto aos circunstantes, estes são termos de actância secundária.

Actantes e circunstantes são diferentes, mas estreitamente ligados com o verbo, (centro da frase). Eles podem, em cada língua, serem ordenados em uma hierarquia conforme a proximidade com esse centro. Conforme Franceschini, em Sateré-Mawé, o actante único (na construção uniactancial) ou o primeiro actante (na construção biactancial) são sempre indicados no verbo, que contém em si todas as informações necessárias dos termos de actância primária, de forma que os nomes que remetem a esses termos podem estar ausentes.

Quanto às construções, os verbos de estado são uniactanciais e apresentam uma construção inativa, enquanto que os verbos de processo podem apresentar uma construção ativa (verbos ativos) e inativa (verbos médios). A construção ativa distingue-se da inativa por

⁶ Os verbos da língua Sateré-Mawé foram analisados por Franceschini (1999, p.83) a partir da tipologia actancial de Gilbert Lazard (1994-97) como uma língua do tipo ativo (ou dual) que se caracteriza pela presença de construções actanciais de igual importância.

prefixos pessoais e índices relacionais específicos para cada tipo de construção, os quais são prefixados ao verbo que, em Sateré-Mawé, se constitui de lexema verbal mais os afixos.

Os índices pessoais da Série Inativa (I) são: 1ªsg: **u-**; 2ªsg: **e-**; 3ª não-correferente sg: **i-**; 3ª correferente sg: **to-**; 1excl: **uru-**; 1ª Incl: **a-**; 2ª pl.: **e-**; 3ª não-correferente pl: **i'atu-**; 3ª correferente pl.: **ta'atu-**. Vejamos um exemplo de construção inativa, conforme Franceschini (1999, p.84).

u - i - weʔese
1sg+Attr.II+“estar contente” “Estou contente”

Os índices pessoais da Série Ativa (A) são: 1ªsg: **a-**; 2ªsg: **e-**; 3ª não-correferente sg: **Ø-**; 3ª correferente sg: **to-**; 1excl: **uru-**; 1ª Incl: **wa-**; 2ª pl.: **ewe ~ ewei-**; 3ª não-correferente pl: **Ø-** ~ **i'atue-**; 3ª correferente pl.: **ta'atu-** ~ **te'erro**. Apresentamos a seguir exemplos: de construção ativa biacantcial e de construção ativa uniactancial, respectivamente, conforme Franceschini (1999, p.84).

a - ti - auka moi
1sg + At.I + “matar” cobra “Eu matei a cobra”

a - re - potpa:p
1sg + VM + “trabalhar” “Eu trabalho”

Quanto aos índices relacionais prefixados ao verbo, eles indicam, cumulativamente, a orientação (diátese) e o aspecto lexical do verbo, que pode ser télico ou atélico.

Em relação à orientação, na construção inativa, os índices específicos prefixados ao verbo indicam orientação atributiva, compatível com os verbos de estado. Esses índices são: [-h- ~ -e-] para voz Atributiva I e [-i- ~ -φ-] para voz Atributiva II. Apresentamos a seguir dois exemplos de construção com verbos de estado e índices de voz atributiva I e II, respectivamente, conforme Franceschini (2002, p.224).

u - he - saika
1sg + Atr.I + ser forte “Eu sou forte”

u - i - po:oro
1sg. + Atr.II + ser velho “Eu sou velho”

Os índices de voz atributiva I fazem referência à característica não inerente ao participante único ou que não o afeta totalmente. E os índices de voz atributiva II fazem referência à característica inerente ao participante único ou que lhe afeta permanentemente.

Na construção ativa, a orientação também é indicada por índices de relação prefixados ao verbo, segundo os quais a orientação pode ser ativa (voz ativa) para verbos ativos (biactanciais), e inativa (voz média) para verbos médios (uniactanciais).

Na voz ativa, os verbos indicam processos que se realizam a partir de um participante agente, indiciado no verbo, e que recaem sobre uma entidade externa que é o paciente.

De acordo com os índices de relação, os verbos de processo ativos podem apresentar aspecto lexical télico, Ativo I, compatível como os índices [-ti- ~ -i- ~ -φ-] e aspecto lexical atélico, Ativo II, compatível com o índice [-he-]. A seguir apresentamos dois exemplos de construção na voz ativa, conforme Franceschini (2011, p.1127).

Korowi φ - ti + 'auka y:ty
Korowi p3Ag. + At.I + 'matar' 'veado'

“Korowi matou (o) veado.”

a - he - waiŋ kurum
1 incl. Ag. + At. II + aconselhar menino

“Eu aconselho o menino.”

Observa-se nos exemplos acima que no Ativo I, os índices de relação indicam que o participante paciente é totalmente atingido pelo processo instaurado pelo verbo (estado do animal mudou completamente – está morto). Enquanto que os índices de relação do Ativo II indicam que o participante paciente não é totalmente afetado pelo processo (“kurum” pode seguir ou não o conselho recebido).

Já na voz média, o processo verbal se realiza a partir de um participante único e recai sobre ele mesmo, afetando-o direta ou indiretamente. Esses verbos também se subdividem, conforme o aspecto lexical em Médio I, télico, e Médio II, atélico. Mas a distinção entre eles não se dá por índices de relação afixados ao verbo, tendo em vista que Médio I e Médio II partilham os mesmos índices de relação [-re- ~-to- ~ -φ-]. A distinção se dá pelo tipo de construção predicativa.

No Médio I a construção se faz com um verbo principal não flexionado mais o auxiliar [2e] flexionado, enquanto que no Médio II o verbo auxiliar não ocorre. Apresentamos a seguir um exemplo de Franceschini (2011).

miḡ a - re - ‘e
mergulhar 1Ag. + V.M + aux.

“eu mergulhei.”

Nesse exemplo o verbo apresenta orientação média (I), e seu o aspecto télico indica que o processo tem início e fim, pois ação de mergulhar tem um término inerente.

Já nos verbos médios II, o aspecto atélico indica que o processo tem início, mas não fim, isto é, o aspecto atélico faz referência a algo não delimitado, que não tem término inerente. Como se pode observa no exemplo abaixo, também retirado de Franceschini, 2011.

a - re - potpa:p
1A. + V.M + “trabalhar”

”Eu trabalho”

Nesse caso, a ação de trabalhar não tem um fim pontual, pois se trata de uma ação que se faz todo dia, por isso a construção se faz com verbo médio II, atélico.

Capítulo 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa parte do arcabouço teórico da linguística descritiva e se enquadra no ponto de vista do funcionalismo estrutural europeu de linha francesa que se preocupa com a função comunicativa da língua. Sob esse ponto de vista, a preocupação está em descrever as formas básicas da língua dentro de um contexto, isto é, observar o funcionamento do sistema da língua em uso.

Para tratar da abordagem funcional estrutural, tomaremos por base as orientações teóricas e metodológicas proposta por André Martinet (1972) para a descrição de uma língua. Esse autor, preocupado com as funções que a linguagem humana desempenha, procura verificar como ela se realiza na construção dos enunciados, em contextos reais, ou seja, partir do modo como as línguas naturais realmente funcionam.

No entanto, falar em função e funcionalismo não é algo tão tranquilo porque os estudos que assim se denominam não refletem um único ponto de vista. Contudo, segundo Neves (1997), é possível encontrar pontos comuns entre os autores, relacionados às concepções da Escola Linguística de Praga.

Neves aponta, primeiramente, uma rejeição à distinção feita por Chomsky entre competência e desempenho, a qual também pode ser encontrada em Halliday e Dik. Em Halliday, aponta ainda uma interpretação semelhante à de Hjelmslev, ao considerar a existência de estratos na linguagem, com a fonologia na base e a semântica no topo. Também é comum o entendimento entre Halliday e Dik de que os itens que se estruturam nos enunciados são multifuncionais, o que implica que não se esgota uma descrição de estrutura na indicação das funções gramaticais. É também comum entre esses mesmos autores, a busca em construir a teoria no interior do próprio sistema, revelando “fundamentalmente” uma consideração funcional da própria natureza da linguagem. Esse último ponto, comum entre os autores funcionalistas, encontramos no funcionalismo de Martinet, segundo o qual a estrutura interna da linguagem deve ser analisada funcionalmente.

O termo função também apresenta diferentes sentidos dependendo do enfoque funcionalista. Mas, no que concerne à linguística, conforme Garvin (1978, *apud* Dillinger, 1991, p.399) o termo função é usado no sentido de relação e pode designar uma relação entre uma forma e outra (função interna), uma relação entre uma forma e seu significado (função semântica) ou uma relação entre o sistema de formas e seu contexto. Dentre essas três possibilidades de sentidos para o termo função, Martinet prioriza o primeiro sentido, ou seja, a noção de função como a relação entre uma forma e outra (análise sistêmica). Contudo, esse

autor não exclui a relação entre uma forma e seu significado ou entre o sistema de formas e seu contexto, considerando que, para o funcionalismo no qual Martinet se enquadra, desde o Circulo Linguístico de Praga, a língua é vista como um sistema funcional, ou seja, o sistêmico e o funcional manifestam-se, juntos, na língua, meio que possibilita a relação entre os seus falantes.

Assim, para Martinet, esse sistema funcional, que é a língua, é um instrumento que resulta da vida dos homens em sociedade, e que tem a função essencial de permitir a comunicação. Mas o que cada língua exprime não é uma simples designação para as coisas existentes no mundo, a qual teria um equivalente traduzível nas demais.

Essa noção de língua-repertório baseia-se na ideia simplista de que, antes de vistas pelos homens, todas as coisas se organizariam em categorias de objetos perfeitamente distintas umas das outras, cada uma das quais deveria receber uma designação em cada língua (MARTINET, 1972, p.17,18).

Segundo Martinet, é na compreensão mútua que temos de reconhecer a função central do instrumento que é a língua. Mas, essa comunicação só é possível devido ao caráter articulado e vocal da linguagem, por meio do qual, cada língua, organiza de forma particular os dados da experiência humana.

A língua é um instrumento de comunicação segundo o qual a experiência humana é analisada, de forma diferente em cada comunidade, dotada de um conteúdo semântico e de uma expressão vocal, os monemas; esta expressão se articulada em unidades distintivas e sucessivas, os fonemas, em número determinado em cada língua, na natureza e as inter-relações também diferem de uma língua para outra. (Martinet 1972, p. 17,18)

Martinet considerou a importância de cada termo dessa definição, por isso a considera suficiente para trabalhar a descrição das línguas humanas na sua diversidade e para refletir suas características comuns. Pois a escolha dessa definição é concernente ao que é “uma língua” e não, “a língua”, porque a posição de Martinet é a de que não há nada que possamos designar como “a língua”. “A língua” não existe. Existe a linguagem humana que é representada por línguas no plural. Portanto, o objeto que devemos estudar é uma língua e não a língua.

Essa definição de Martinet se apoia nos comportamentos humanos observáveis e tem o estatuto de um postulado no âmbito teórico funcionalista, que nomeia a língua como o objeto de estudo. (COSTAQUEC & GUÉRIN 2007, p.24).

Para Martinet, as características essenciais do “objeto língua” podem ser resumidas em três pontos: é um instrumento de comunicação; tem caráter oral e é duplamente articulada. Nenhum outro traço é posto como válido para todas as línguas. Vejamos cada um desses pontos.

A comunicação, em Martinet, não deve ser entendida como uma simples troca de informação, mas um processo de ajustamento permanente entre o que se quer dizer, os meios dos quais se dispõe para fazê-lo, a antecipação das reações do locutor e o que ele compreende ou interpreta. A resposta a essa necessidade da comunicação é o princípio que governa a organização interna das línguas e a sua evolução.

Quanto ao caráter articulatório das línguas, manifesta-se em dois planos distintos: a primeira articulação da linguagem que permite a expressão dos dados da experiência de uma comunidade linguística em uma série de unidades vocais (fônicas) dotadas de sentido, os monemas, e a segunda articulação, constituída pelos fonemas, unidades menores que não têm significação própria, no entanto, são fundamentais para distinção das unidades vocais da primeira articulação.

Intimamente ligado a esses dois planos de articulação está o conceito de *economia* de Martinet. Tal conceito implica na possibilidade de combinação de um número limitado (dezenas) de unidades da primeira articulação para a expressão do pensamento, conforme a necessidade humana. E no caso da segunda articulação, a economia consiste em se conformar com a primeira a partir de unidades fônicas mínimas (fonemas) que se repetem e se alternam segundo a unidade de sentido da primeira articulação e sem a qual ela não existiria.

Já o caráter articulado das línguas, é o que permite a relação entre os falantes. Esse caráter articulado tem como consequência a linearidade, ou seja, a produção de uma mensagem, uma operação em que signos linguísticos se sucedem obrigatoriamente no tempo. Mas não se trata de algo simples, e sim de uma realidade complexa, de tal maneira que a sintaxe consiste precisamente na marcação das relações e da hierarquia entre os signos linguísticos nas mensagens de modo que a “a experiência a comunicar” possa ser “posta em palavras” por um locutor e reconstituída por seu (ou seus) interlocutor(es).

Outra expressão à qual André Martinet faz referência em sua definição de língua é a “experiência humana”. Essa expressão deve ser compreendida em relação aos homens, ao mundo no qual vivem ou ao qual refletem. Seja um mundo físico, social ou imaginário, mas, sobretudo, um mundo como os homens o percebem e o representam. (MARTINET 1972, p. 6)

Portanto, para Martinet, como as línguas são resultantes da vida em sociedade, sujeita a alterações no cumprimento de funções comunicativas, o trabalho de descrição linguística

deve ser realizado sob o ponto de vista sincrônico, dentro de um contexto, para que a observação e a explicação do funcionamento das línguas estejam dentro dos usos em que aparecem.

Os estudos feitos por Benveniste também podem contribuir com este trabalho, pois suas reflexões também levam em conta as propostas saussurianas, tomando-as como base para estabelecer outras maneiras de se pensar a relação entre língua e linguagem.

O primeiro ponto a se destacar no trabalho desse autor, que também encontramos em Saussure e Martinet, é o fato de que não se pode prescindir do caráter científico no trabalho de descrição linguística. Diante da complexidade das línguas, impõe-se ao pesquisador o estabelecimento de procedimentos e critérios adequados ao que se pretende investigar. Para tanto, é necessário que se efetue uma ordem nos fenômenos em estudo, assim como nos métodos de análise, para que o trabalho de descrição seja coerente e organizado segundo os conceitos e os critérios previamente estabelecidos, pois, “a realidade do objeto não é separável do método próprio para defini-lo.” (BENVENISTE, 2006, v.1 p.127).

Para Benveniste, assim como para Saussure, “a língua é constituída de signos” (ibid, p. 224). Mas Benveniste entende que é preciso ir além da análise da língua como sistema significante e tentar compreender tudo que implica em relação às noções de sentido e forma: “(...) Dizer que a língua é feita de signos é dizer antes de tudo que o signo é uma unidade semiótica. (...)”. (ibid, p. 224). Essa formulação de Benveniste implica em dupla relação: a noção de signo enquanto unidade da língua e a noção de signo enquanto unidade semiótica.

A primeira noção refere-se ao signo enquanto unidade particular que tem por critério um limite inferior que é o da significação. É a entidade mínima na sua ordem, não decomponível em unidade inferior que seja ela mesma um signo livre. Conforme Benveniste, o signo, assim definido é dependente de consideração semiótica.

A segunda noção se refere à caracterização do signo pelo duplo ponto de vista da forma e do sentido, considerando que o signo é bilateral por natureza, isto é, constituído de significante e significado. Conforme Benveniste é na observação da língua em funcionamento, no exame atento da estrutura formal do significante, por meio de procedimentos e técnicas apropriadas que podemos observar e distinguir quais as unidades que pertencem necessariamente ao inventário da língua daquelas que, simples ou combinadas, caracterizam a estrutura formal do significante.

Quanto à análise dos elementos de uma língua, o fonema (e seus traços), a palavra e a frase organizados em níveis hierarquicamente, o procedimento consiste em delimitá-los

conforme as relações que se estabelecem entre eles, por meio das operações de segmentação e substituição. Considerando a natureza articulada da linguagem e o caráter discreto das unidades linguísticas, Benveniste introduz a noção de nível como essencial na determinação do procedimento de análise da língua.

No entanto, por mais que a significação seja constitutiva da linguagem, ou seja, é de sua natureza significar, para Benveniste, esse poder significante da língua só pode ser afirmado por aqueles que manuseiam essa língua, aqueles para os quais a língua significa. Em sendo assim, o signo só é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem uso de uma língua, e a totalidades dos signos forma a totalidade da língua.

Observa-se, assim, que, para Benveniste, a noção de uso e de compreensão da língua é um princípio de discriminação, um critério. Ele afirma que o que o signo significa não dá para ser definido em semiologia. Para que o signo exista é suficiente e necessário que ele seja aceito e que se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos. É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe, ou está na língua, ou está fora da língua. (ibid, p.224-228).

Para tentar explicar o que é significação na língua, esse autor apresenta duas formas distintas de abordagem da língua, o ponto de vista semiótico e ponto de vista semântico. O sistema semiótico refere-se à organização dos signos e o sistema semântico está voltado para língua em uso na comunicação. De um ponto de vista para o outro as perspectivas mudam. Sob o ponto de vista semiótico, temos que o signo é uma unidade semiótica e a significação corresponde ao intralinguístico, ao signo na sua relação com os demais signos, dotado de valores opositivos, pois enquanto unidade opositiva e distintiva, o signo é delimitado por outras unidades identificáveis para os locutores nativos.

Já na perspectiva da língua como semântica, as noções de *forma* e *sentido* são outras e com outras relações. Neste domínio, trata-se da linguagem na sua função de comunicar, função que se manifesta pela ação do locutor que põe a língua em ação. Esse ato de colocar a língua em ação é feito por um mecanismo que afeta a língua em sua totalidade. Trata-se de um mecanismo da estrutura da língua que permite que ela seja enunciada, ao qual Benveniste denominou de aparelho formal da língua. O locutor, por um ato individual, apropria-se do aparelho formal da língua e produz um uso novo. O uso é novo porque os elementos tempo, espaço e pessoa que fazem referência à enunciação jamais se repetem.

Finalmente, também, consideramos relevante num trabalho de descrição as reflexões de Benveniste quanto à necessidade de se olhar para a língua sem esquecer que ela está ligada ao coletivo, ao social: “a sociedade é dada com a linguagem” e “só se sustenta pelo uso

comum de signos de comunicação”. Logo, não se pode fazer qualquer abordagem sobre a língua sem levar em conta o uso da língua pela e na comunidade. Esse autor argumenta que, embora sejam diferentes quanto à natureza e organização estrutural, língua e sociedade implicam-se, mutuamente, pois é no seio da sociedade que a língua nasce e se desenvolve. Ela se elabora pelo esforço dos homens para produzir os meios de subsistência, de transformar a natureza de multiplicar os instrumentos (BENVENISTE, 2006, v.2, P.97).

Contudo, segundo o autor, é a língua, apenas a língua, que possui um poder coercitivo que faz do conjunto dos homens uma comunidade e que cria a própria possibilidade de produção e de subsistência coletiva. A língua é o que é permanente e constante no seio de uma comunidade, é o que garante a identidade do grupo em meio às diversidades individuais. Esse aspecto revela a natureza dupla e paradoxal da língua, ela é ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade.

Essas considerações sobre as relações entre a língua e a sociedade são relevantes para ressaltar a importância de que num trabalho de descrição linguística leve-se em conta o sistema da língua em uso na interação comunicativa.

2.1 A análise de enunciados na perspectiva funcionalista

Para a análise e descrição dos enunciados encontrados em nosso *corpus* seguiremos a proposta de análise funcional, principalmente de linha francesa.

Na perspectiva funcional, a língua é concebida como um instrumento de comunicação e de interação social, usada para estabelecer, principalmente, relações interativas entre os interlocutores.

A descrição das línguas deve, portanto, ser feita com base no seu uso real e levando-se em consideração não apenas as funções sintáticas dos termos do enunciado, mas também as funções semântico-referenciais e pragmáticas dos mesmos, conforme veremos na proposta de análise de Claude Hagège.

a) Proposta de análise de Claude Hagège.

Claude Hagège (1982) define um enunciado como “une production linguistique acceptée par les locuteur natifs comme complète et possédant une intonation reconnue comme

liée à ce fait”⁷ (p.27). Para analisar a maneira como um enunciado se organiza, esse autor leva em conta três pontos de vista: o morfossintático, o semântico-referencial e o enunciativo-hierárquico (ou pragmático). Esses três domínios não derivam um do outro e apresentam-se igualmente importantes. Embora tratem de aspectos diferentes do enunciado, manifestam-se de forma simultânea e guardam estreitos laços entre si, pois cada um esclarece aspectos diferentes sobre o enunciado, ao mesmo tempo em que um vínculo de correspondência os une.

A proposta de análise de Hagège não segue o modelo tradicional de análise do enunciado bipartido em sujeito e predicado, mas está de acordo com a teoria da actância, segundo a qual o enunciado é analisado a partir de um centro de determinação que é o verbo⁸, como veremos a seguir.

Vejamos, primeiramente, o ponto de vista *morfossintático*. Esse ponto de vista analisa a relação existente entre as marcas do enunciado (morfologia) e a função dos termos, sendo que, morfologia e sintaxe são consideradas, não isoladamente, mas como interdependentes. As funções sintáticas especificam a perspectiva em que é apresentada a situação ou evento (“estado de coisas”) no enunciado por meio de constituintes, tais como sujeito, termo que concorda com o verbo, e objeto, o complemento do verbo.

Como dito acima, o predicado é o centro do enunciado, uma função que pode ser assumida por um verbo e que se define por fundar o enunciado como um fato completo e, também, por ser necessariamente determinado, enquanto que todo o resto do enunciado funciona como não predicado ou determinante. Segundo Hagège, essa propriedade do predicado de ser centro de determinação é atestada em muitas línguas, onde a presença do sujeito pode ser necessária ou não tendo em vista que o predicado, como um centro de conexões, já traz em si a indicação das relações necessárias, isto é, concentra todas as suas relações subespecificadas no verbo.

Mas esse *status* do predicado não elimina o papel central do sujeito na predicação porque, embora em muitas línguas o enunciado possa ser reduzido ao predicado (línguas em que o sujeito não é necessário), Hagège considera útil manter a noção relacional de predicado,

⁷ “uma produção linguística aceita pelos locutores nativos como completa e possuidora de uma entonação reconhecida como ligada a este fato” (tradução nossa).

⁸ Conforme a teoria da actância de Lazard (1984), as relações consideradas são aquelas que ligam ao verbo os termos ditos sujeito, objeto(s) e complementos nominais diversos, os “actantes” propriamente ditos, e aos “circunstantes”. Esses termos são diferentes e, mais ou menos, estreitamente ligados com o verbo, que é centro da frase. Essas relações podem, em cada língua, serem ordenados em uma hierarquia conforme a proximidade com esse centro.

definindo-o na sua coocorrência com um segundo elemento. Assim, a identificação do sujeito pode resultar do predicado, mas nas línguas em que o sujeito pode ser omitido, operações como tematização e relativização também podem contribuir para a identificá-lo. Já nas línguas em que o sujeito é obrigatório, o predicado verbal tende a concordar com o sujeito em pessoa, gênero (ou classe) e/ou número. Em línguas com verbos afixados a índices de pessoa, o sujeito pode ser tanto de 1º e 2º pessoa, como de 3ª pessoa, caso em que um nome pode concordar com o índice, e conjuntamente representarem o sujeito. Essa concordância só não acontece em frases impessoais, pois nada pode vir em expansão ao índice de 3ª pessoa.

Embora uma língua só possa funcionar por meio de arranjos sintaticamente estruturados, a sintaxe não é autônoma e o predicado também se estrutura com a intervenção das funções semânticas e pragmáticas (conforme Dik, 1978, *apud* Neves (2006, p.25)). Ou seja, a língua é um sistema de sistemas, considerando que cada função corresponde a um subsistema, e todos esses subsistemas dizem respeito a uma unidade, a frase. Daí a importância de se considerar na análise dos enunciados o ponto de vista *semântico-referencial*.

Esse ponto de vista se refere à relação entre o enunciado e a informação que ele apresenta. Especificamente ao papel que os referentes exercem na predicação em que ocorrem. Esses papéis podem ser de agente, o responsável pela realização do processo verbal; meta, termo referente ao ser para o qual se dirige o processo verbal; e recipiente, o termo referente àquele ou aquilo ao qual o processo verbal incide.⁹

Conforme Hagège, os enunciados mínimos, isto é, reduzidos ao predicado, são importantes, mas não são base de todo tipo de enunciado, pois, conforme o número de participantes, no enunciado, as relações podem variar. Ao complemento e ao circunstante (ponto de vista morfossintático) correspondem, no ponto de vista semântico-referencial, um participante actante (agente ou paciente) e as circunstâncias espacial, temporal ou conceitual de realização do evento, respectivamente. E, no caso de ocorrer no enunciado verbos trivalentes, estes, por seus sentidos, introduzem um terceiro participante actante, o beneficiário. Assim, além das funções semânticas, *agente* e *paciente*, tem-se a função, *beneficiário* que, geralmente, refere-se a um possuidor de um possuído, dado como inalienável ou associado a sua esfera pessoal, e nas línguas em que o verbo integra os índices de actantes, o beneficiário pode excluir o paciente ou coexistir com ele.

⁹ Esses termos podem variar, conforme os autores.

Em relação a esses complementos, os pontos de vista morfossintático e semântico-referencial mantêm relações entre si. Podem ocorrer no enunciado dois tipos de complemento. Um direto, marcado somente pela posição antes ou depois do predicado e outro indireto, que é marcado pela posição, mas também por um relator que pode ser preposição, posposição, circumposição, desinência casual ou a combinação desses processos.

O terceiro nível de análise do enunciado é o *enunciativo-hierárquico*. Esse nível trata da relação entre o enunciado e o falante-ouvinte. É nele que se especifica o estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicacional mais abrangente em que eles ocorrem. Sendo, portanto, um ponto de vista exclusivamente binário, no sentido de que sempre opõe o mais ao menos informativo. No caso de um enunciado mínimo, o predicado, representado por um verbo, apresenta ao mesmo tempo um assunto (tema) e a informação principal (rema) que é fornecida sobre o sujeito. Conforme Hagège, a marca prioritária neste ponto de vista é, universalmente, a entonação. As funções pragmáticas que poderão ser assumidas pelos constituintes são tema (ou tópico) e rema (ou foco). A função pragmática de tema será assumida pelo constituinte que apresenta uma informação já conhecida e a função de rema pelo constituinte que apresenta informação nova ou mais relevante sobre o tema.

Conforme Creissels (2006), falar das funções de tópico e foco implica em falar na noção de papel discursivo, ou seja, que a partir de um mesmo grupo de constituintes nominais, de um mesmo verbo em função prediativa, é possível construir frases que têm as mesmas implicações semânticas, no que concerne aos papéis semânticos assinalados nos termos da construção do verbo, mas que apresentam a informação dada, diferentemente, não compatível com o mesmo contexto discursivo.

Enquanto tópico e foco são funções pragmáticas que podem estar numa construção neutra, topicalização e focalização são estratégias usadas pelos falantes para explicitar a estrutura discursiva da frase, independente dos métodos formais utilizados.

Segundo Creissels, o tópico é um elemento do enunciado a partir do qual o enunciador desenvolve um comentário e a sua escolha pode ser condicionada por fatores como o conhecimento compartilhado por locutor e interlocutor, o contexto frasal linguístico e as propriedades de topicalidade que os nomes possuem intrinsecamente ou que decorrem do seu papel semântico. Em uma escala de topicalidade, os nomes humanos (traço intrínseco) ou os termos que exercem a função de agente podem ser mais topicais que os nomes não-humanos. No entanto, conforme o autor, por mais que o tópico tenha características evidentes, a sua escolha é uma decisão do enunciador.

Quanto ao foco, Creissels o define como o elemento que traz em si um valor informativo. Essa noção é evidente nas respostas a questões que incluem pronomes ou advérbios interrogativos. Nesse contexto interrogativo, o constituinte que corresponde à interrogação é colocado em foco.

Creissels distingue focalização simples de focalização contrastiva. Ele esclarece que, embora toda focalização seja, em certa medida, um constraste, na focalização simples, mais ligada à interrogação, o contraste se dá em relação a todas as outras informações a priori, suscetíveis de aparecerem no mesmo lugar, enquanto que a focalização contrastiva coloca em contraste duas informações particulares.

Esses três domínios sob os quais um enunciado deve ser observado: morfossintático, semântico-referencial e enunciativo-hierárquico, apresentam correspondências entre si que podem ser observadas a partir de considerações sobre as noções de sujeito e predicado. Para Hagège, sob o primeiro ponto de vista, as funções de sujeito e predicado são relacionais. Do ponto de vista semântico-referencial, a função sujeito pode corresponder a um agente ou a um paciente, conforme a construção do enunciado. Corresponde ao agente, na construção ativa, e ao paciente, na construção passiva.

Já sob o ponto de vista enunciativo-hierárquico, o sujeito pode corresponder ao tema. O tema, no entanto, pode mudar de um enunciado a outro, conforme a estratégia escolhida pelo locutor, a qual define uma hierarquia entre o que o enunciado diz (rema) e sobre o que ele diz (tema). É importante observar que o que é tema, do ponto de vista enunciativo-hierárquico, coincide muitas vezes com o que é sujeito no ponto de vista morfossintático, mas isso não é sistemático. Conforme Lazard (1994) é impossível alcançar uma equivalência precisa entre as relações sintáticas e semânticas, considerando que as funções actancias são limitadas, diante das infinitas e variadas relações que podemos perceber no mundo.

Finalmente, esclarecemos que, embora seja importante considerar os pontos de vista morfossintático, semântico-referencial e enunciativo-hierárquico para a análise do enunciado, já que cada um esclarece aspectos diferentes sobre o mesmo fato (o enunciado), o tempo estabelecido para a pesquisa e produção desta dissertação sobre os conectores de enunciados na Língua Sateré-Mawé não é bastante para a realização de uma análise que contemple esses três domínios, por isso, nos ateremos, principalmente, ao morfossintático e ao semântico-referencial.

Conforme vimos acima, Hagège define o enunciado como uma produção linguística aceita pelos locutores nativos como completa e possuidora de uma entonação reconhecida como ligada a este fato.

Já Creissels analisa essas produções linguísticas, por ele chamadas de frases, a partir ponto de vista lógico e enunciativo. A frase é definida, então, como “une combinaison de mots dont la structuration permet l’expression systématique de l’élaboration énonciative d’un contenu propositionnel (CREISSELS, 2006, v1, p.13)¹⁰. O conteúdo proposicional é a representação de um evento, ou situação, por meio dos lexemas de uma língua, e a operação enunciativa, o uso que o falante faz das possibilidades oferecidas pela língua para expressar, na interação comunicativa, uma variedade ilimitada de conteúdos proposicionais, por meio de frases nas suas variadas modalidades.

Conforme esse autor é por meio de frases que a língua permite a expressão e manipulação de enunciados pelos falantes. Ou seja, é pela frase que se manifesta sistematicamente as possibilidades de produção dos enunciados. Sendo que as frases independentes das línguas podem ser repartidas em tipos em função de particularidades formais ligadas a seu valor enunciativo. Segundo essas particularidades formais, os tipos de frases tradicionalmente reconhecidos são as declarativas, interrogativas, imperativas e exclamativas¹¹.

Considerações semelhantes quanto à frase, isto é, que englobam o aspecto formal e o enunciativo, também, encontramos em Lazard (1994). Para esse autor, toda frase é pronunciada com o fim de transmitir, em uma situação dada, uma informação, asserção, questão ou outro. Ela tem um conteúdo de sentido (plano semântico) e certa visão comunicativa (plano pragmático). Conforme o autor, estes dois planos estão, de uma maneira ou de outra, presente no espírito do interlocutor (dados da situação), experiência comum, etc; e são expressos inteiramente por meio da palavra proferida (ou representados na escrita), isto é, pelas unidades lexicais, as modalidades gramaticais que as habilitam, as regras sintáticas que os organizam e a entonação que modula tudo.¹²

¹⁰ “A frase é definida como ‘uma combinação de palavras cuja estruturação permite a expressão sistemática de elaboração enunciativa de um conteúdo proposicional’ (tradução nossa).

¹¹ Conforme Creissels (2006), as frases que apresentam distinção verdadeiramente clara de maneira quase universal são as declarativas, imperativas e interrogativas, enquanto que as marcas formais das exclamativas não se delimitam tão claramente.

¹² Embora esses autores utilizem termos diferentes: “enunciado” (Hagège) e “frase” (Creissels e Lazard), os três são de base funcionalista e seus estudos se coadunam com a proposta de análise deste trabalho, pois, em suas análises consideram o enunciado com um todo, isto é, não somente o aspecto formal das línguas, mas também o semântico e o pragmático.

Observa-se, portanto, a partir das definições desses três autores que a frase é o meio que a língua proporciona aos falantes para que possam organizar suas produções linguísticas e exprimir os mais variados conteúdos proposicionais nas suas diferentes modalidades. Essas produções linguísticas (ou enunciados) podem constituir-se de uma ou mais frases. Os diferentes tipos enunciativos de frases independentes podem, conforme as línguas, integrar estruturas frasais, as quais poderão resultar numa estrutura frasal complexa.

b) A frase complexa

Segundo Creissels (2006), as frases complexas se caracterizam por apresentar uma forma verbal idêntica a que também encontramos como centro de frases simples independentes. Mas, o constituinte frasal de uma frase complexa não tem, necessariamente, por núcleo uma forma verbal idêntica a de uma frase simples. Por outro lado, a construção de uma frase não envolve necessariamente várias unidades frasais, ela comporta formas verbais suscetíveis de ser o centro de uma unidade frasal, devido à existência de predicados complexos. Já os constituintes frasais que apresentam uma estrutura interna idêntica a dos constituintes de uma frase simples, podem ser integrados em uma frase complexa, cujo centro são formas verbais marcadas como integrativas, que podem ser submetidas, eventualmente, a remanejamentos, mas limitados em relação ao que seria sua realização como frase simples.

Creissels observa ainda que, em muitas línguas, a identificação da construção de uma frase complexa pode repousar unicamente sobre a entonação. Muitas vezes, na oralidade, a entonação é suficiente para indicar um determinado encadeamento, limitando as possíveis confusões entre a frase complexa e uma sequência de duas frases assertivas independentes.

A integração de uma estrutura frasal complexa pode ser marcada morfologicamente no verbo de três maneiras, conforme as línguas. Por uma marca de integração que é adicionada a uma forma verbal que é idêntica a da forma verbal da frase simples: forma verbal independente + marca de integração. Por formas verbais específicas para as construções frasais complexas, sendo sua estrutura morfológica globalmente comparável a das formas verbais das frases simples da mesma língua. Ou, por formas verbais não finitas, cuja estrutura interna é do tipo frasal, mas apresentam uma flexão menos marcada do que as formas verbais das frases simples da mesma língua. Os tipos de relações que podem se estabelecer numa estrutura frasal complexa são relações de coordenação e subordinação.

c) Subordinação e coordenação

Conforme a proposta de Hagège (1982) é a partir do verbo, o centro de determinação, que o enunciado pode estabelecer as relações sintáticas universais de predicação, determinação (subordinação e complementação) e coordenação (justaposição). No que concerne à determinação, esse autor esclarece que, embora a determinação seja um dos traços definidores da predicação, não o é de forma irredutível, pois nenhum grupo determinativo ou subordinativo funda o enunciado completo, é a determinação do predicado pelo sujeito que cria a relação fundadora do enunciado.

Quanto às relações de subordinação e coordenação, Creissels (2006) observa que a análise tradicional da frase complexa tem sido feita em função de um inventário de conjunções que servem para conectar as proposições, mas sem explicar realmente porque algumas são ditas de subordinação e outras de coordenação. E isso ocorre porque a gramática tradicional raciocina exclusivamente em termos de encadeamentos de estruturas frasais.

Entretanto, segundo Creissels, o essencial na subordinação é que uma estrutura frasal desempenha em relação à outra o papel de um constituinte. E sob esse ponto de vista, ele considera ambíguo o termo tradicional de proposição principal, preferindo o de frase matriz, pois considera que o termo frase matriz reflete melhor a variedade natural das frases complexas por subordinação. Conforme o autor, o reconhecimento de uma subordinação de unidades frasais é a possibilidade de deixar em evidência uma relação hierárquica entre uma estrutura frasal matriz, que apresenta as possibilidades de modulação enunciativa (asserção, interrogação e injunção) equivalentes àquelas de uma frase simples independente, e uma estrutura frasal subordinada, na qual as possibilidades de modulação enunciativa são bloqueadas, e que apresenta de uma maneira ou de outra, comportamentos que são semelhantes aos de um constituinte da estrutura frasal matriz.

Assim da mesma maneira que uma frase simples pode comportar constituintes nominais ou adposicionais em posição destacada, também a subordinada pode ser colocada na mesma posição de destaque em relação à frase matriz. Na subordinação há uma hierarquia típica entre as unidades frasais, incluindo casos em que não se pode falar em encadeamento. Creissels também distingue a subordinação da incorporação¹³, porque a subordinação se manifesta comumente pela integração da estrutura frasal subordinada na frase matriz de cuja construção ela participa.

¹³ A incorporação é um tipo de composição (coalescência) em que um nome se integra no interior de uma forma verbal, dando origem a uma forma verbal predicativa, sendo que, nesse processo, o nome perde a sua função actancial. (LAZARD, 1994, p.15-17). Conforme Franceschini (2009), em Sateré-Mawé, a incorporação do objeto serve para formar novas bases verbais que apresentam em sua construção a incorporação de um nome e funcionam como predicado de um enunciado.

Essa relação hierárquica entre a subordinada e a estrutura frasal matriz é explicada por Bechara (2009) como um fenômeno de hipotaxe, isto é, uma frase independente que, sozinha, pode formar um texto é transposta a um nível inferior, isto é, a frase muda de nível linguístico. Dessa forma, a oração subordinada é uma unidade complexa transposta, que mudou do nível sintático de independência, para exercer na oração complexa uma função sintática, que pode ser de substantivo, adjetivo e advérbio (p.464).

As unidades frasais subordinadas podem ser relativas, completivas e circunstanciais (ou adverbiais). No que se refere às relativas, geralmente se lhes atribui por função especificar o referente de um nome do qual elas dependem. Mas, segundo Creissels, esta definição não leva em conta a distinção entre estas e as completivas, nem a distinção entre as completivas de verbos e relativas livres (ou sem antecedente). Creissels toma a posição de que uma definição geral de relativa não pode ser feita em termos puramente sintáticos, mas deve necessariamente levar em consideração o estatuto semântico-lógico das subordinadas.

Por mais que as subordinadas relativas não se distingam sempre à primeira vista de outros tipos de subordinadas é possível evidenciar diferenças de construção. Enquanto outros tipos de subordinadas significam conteúdos proposicionais, as relativas significam propriedades. Uma propriedade se caracteriza por permitir a divisão de um grupo de entidades em dois subgrupos: entidades que possuem a propriedade em questão e as entidades que não a possuem.

As subordinadas completivas formam com uma palavra da frase matriz (verbo, nome, adjetivo ou *adposição*) uma construção na qual a subordinada “completa” a palavra com a qual se combina, isto é, satura uma valência dessa palavra, enquanto que as subordinadas circunstanciais assumem na construção da frase matriz um papel comparável àquele de constituintes nominais ou *adposicionais* que participam da construção do verbo em qualidades oblíquas.

Além da presença ou não de marcas morfológicas de subordinação, também pode acontecer da ordem dos constituintes nas subordinadas diferir daquelas das frases independentes. Geralmente, as subordinadas se distinguem das frases independentes por uma grande rigidez da ordem dos constituintes, mas isso varia conforme as línguas. Mas, a subordinação de uma unidade frasal também pode se manifestar ainda pela impossibilidade de proceder a certas variações, nas formas verbais, variações estas que os verbos que constituem o centro da frase independente apresentam.

As marcas de subordinação podem aparecer ou à margem da unidade subordinada, ou presa ao verbo que está como centro. Estes dois processos de marcação da subordinada podem

se acumular. As marcas antepostas à subordinada são mais comuns. Já as marcas pospostas à subordinada são observadas mais em línguas que localizam o verbo, obrigatoriamente em posição final. Em numerosas línguas as marcas de subordinação se caracterizam pela plurifuncionalidade que não se limita à possibilidade da conjunção introduzir subordinadas diferentes, mas também de poder ter um funcionamento como conector discursivo.

Já nas frases classificadas tradicionalmente como complexas por coordenação, não há uma relação hierárquica como a existente entre as unidades frasais complexas por subordinação. Conforme Creissels as unidades frasais que entram nessas construções manifestam nas suas possibilidades de modulação enunciativa um grau semelhante de liberdade ou de bloqueio, e nenhuma das duas manifesta comportamento que permita a assimilação de um componente pelo outro.

Segundo Matos, na “Gramática da Língua Portuguesa” (MIRA MATEUS *et al*, 2003, p.551) a coordenação é um processo de formação de unidades complexas que se caracteriza por combinar unidades de mesmo nível categorial (sintagmas ou frases) que desempenham as mesmas funções sintáticas e semânticas. No entanto, para Creissels, falar de “dois termos que se associam para assumir conjuntamente o mesmo papel numa construção sintática” só tem sentido em construções de nível inferior ao das unidades frasais.

Assim, apesar de o fato de que em muitas línguas as mesmas conjunções de coordenação podem servir para ligar unidades frasais ou constituintes de unidades frasais, Creissels considera que isso não constitui uma prova decisiva de que convenha analisar todas essas construções como variedades de um mesmo fenômeno geral de coordenação, pois de modo geral, é comum que um mesmo elemento de relação intervenha em tipos diferentes de construções.

Para tentar dar conta do fato de que algumas línguas permitem tratar ao menos de maneira semelhante a coordenação de nomes e a coordenação de frases, Creissels pondera que a coordenação de nomes é o reflexo de uma operação semântica de construção de uma entidade plural, e a coordenação de frases é o reflexo de uma operação semântica de construção de um evento complexo não hierarquizado, supondo uma relação natural entre os eventos atômicos que o constituem.

Quando a coordenação se estabelece com a presença de uma conjunção é chamada sindética, conforme Matos (In: MIRA MATEUS *et al*, 2003, p.558). Essa autora classifica as conjunções coordenativas *e*, *ou* e *mas* em copulativas, disjuntivas e adversativas, respectivamente. As conjunções copulativas ou aditivas apresentam valor básico de adição. As conjunções disjuntivas ou alternativas propõem uma escolha entre os termos coordenados.

Essa escolha pode ser exclusiva, no caso dos termos coordenados serem compatíveis entre si, ou pode ser de inclusiva, se os termos coordenados em alternativa forem compatíveis. As conjunções adversativas ou contra-conjuntivas são aquelas que exprimem prototipicamente um contraste entre os membros coordenados. A conjunção simples representativa desse valor, no português, é *mas*, havendo também a adversativa *senão*. (MIRA MATEUS et al, 2003, p. 565-66).

Em Neves (2006), encontramos uma abordagem mais detalhada sobre esses coordenadores, como mostraremos a seguir.

Para definir dois segmentos, entre os quais ocorre uma “conjunção coordenativa”, Neves propõe como traço central a exterioridade sintática, isto é, um segundo segmento é sintaticamente externo ao primeiro, e a conjunção coordenativa bloqueia a aposição do segundo segmento ao primeiro. Dessa forma, na presença de *e* os dois segmentos se somam; na ocorrência de *mas*, os dois segmentos se diferenciam; e, quanto o elemento é *ou*, os dois segmentos se alternam. É com base no critério de exterioridade sintática que a autora define os significados básicos para cada um desses elementos coordenativos e as implicações de seu emprego quanto à estruturação das unidades de informação e na organização comunicativa, argumentativa.

O elemento *e* tem valor semântico básico de adição. A sua ocorrência entre os dois segmentos indica que cada um deles é externo ao outro, mas a direção que toma o segundo segmento em relação ao primeiro, tanto na organização das unidades de informação como na organização comunicativa, fica indeterminada. Esse coordenador estabelece diferentes tipos de relações de co-ordenação, podendo passar de uma adição neutra para uma adição enfática; pode fazer adição de unidades do sistema de informação; ou ainda adição de argumentos, como nos exemplos abaixo.

Neutra:	<i>Ele fuma e toma um cafezinho;</i>
Enfática:	<i>Garçons passam com pratos. E pratos de massas suculentas;</i>
Unidades do sistema de informação:	<i>O pai ocupava a cabeceira da mesa. E o copeiro de jaqueta engomada vinha trazendo os pratos;</i>
De argumentos:	<i>Um conselho que te dou: nunca queiras saber de mulher. Todas elas são iguais; martirizam a vida de um homem. E é sempre uma despesa a mais.</i>

(NEVES, 2006, p. 249).

O valor semântico básico para *mas* é o de desigualdade, ou seja, esse elemento expressa a relação entre dois segmentos de algum modo desiguais entre si; o uso do *mas* entre

os segmentos indica que eles são externos um ao outro (co-ordenado), que são marcadamente diferentes um do outro. O registro dessa desigualdade indica que o enunciador a reconhece e a utiliza para organizar a distribuição das unidades de informação e para estruturar a argumentação. A desigualdade marcada por esse coordenador *mas* pode passar de pouco caracterizada para o contraste, a contrariedade, a desconsideração e chegar a uma completa anulação, seja por oposição, rejeição e refutação, como podemos ver nos exemplos abaixo:

Desigualdade	<i>Aliás, a sua causa já está ganha há muito tempo. Mas em segredo e isso o aflige;</i>
Contraste:	<i>Em geral costumavam elas ter as suas quatro ou cinco cabeças de galinha, o que lhes dava algum rendimento. Mas na casa da Salu a coisa ia de mal a pior;</i>
Contrariedade:	<i>Vou bem. Mas você vai mal;</i>
Desconsideração:	<i>E como anunciara a Emerlinda o novo homem, sem que esta ficasse feliz? Mas este seria um problema para resolver mais tarde;</i>
Oposição:	<i>Será que pé gasta? Diz que de quem trabalha em salina gasta. Mas eu não; gora sou jornalista;</i>
Rejeição	<i>- Teria sido mesmo? Mas não pode ter sido;</i>
Refutação	<i>- Os bichos comem a gente. - Mas a gente não é só isso.</i>

(NEVES, 2006, p. 249-250).

Quanto ao elemento *ou*, seu valor básico é o de alteridade. *Ou* inicia um segmento que se apresenta como uma alternativa nova em relação ao segmento anterior. Este, por sua vez, a partir da enunciação do segundo, passa a ser entendido como uma primeira alternativa, mesmo que está não tenha sido a sua formulação.

Conforme Neves, essas caracterizações de *e*, *mas* e *ou* são apenas indicações gerais para cada um desses coordenadores, considerando que a análise se faz “em terreno fluido”, uma vez que envolve a semântica do enunciado total e também considerações discursivas (p. 249). Contudo, eles podem ser classificados e subclassificados em termos de gradiência, numa escala que vai da adição mais neutra até o máximo de exclusão, passando pela contraposição e pela oposição, conforme a contextualização do semantismo básico de cada uma deles.

Esses coordenadores, segundo Neves, acarretam efeitos caracterizadores na organização do texto¹⁴, tomado como uma unidade significativa, especialmente quando operam entre blocos maiores de texto. O coordenador *e* faz o texto avançar buscando um

¹⁴ Conforme Koch e Travaglia (2007) o texto é uma unidade linguística concreta, tomada pelos usuários da língua em uma situação de interação comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão.

acréscimo. Caracteriza-se por sua mobilidade para a direita e por sua grande eficácia na dinamização do texto. Em início de frase, esse co-ordenador pode apresentar diversos efeitos: abrir ou fechar um desenvolvimento; marca a transição de um desenvolvimento a outro. Entretanto, esses efeitos não são nitidamente distinguíveis:

(...) o chamado *e* de transição muitas vezes o é justamente porque abre um novo desenvolvimento (de “ataque”?), introduzindo temas, inaugurando cenas, apontando, apontando para frente, ao mesmo tempo que deixa para trás um bloco que se encerra. (NEVES, 2006 p.252)

O coordenador *mas*, na organização do texto, caracteriza-se por estabelecer um desvio, papel importante na abertura de novos caminhos no avanço do texto, de algum modo divergentes ou discrepantes.

Exatamente porque estabelece desvio, o *mas* exige uma certa fixação no contexto precedente para o apoio da discriminação. Por isso mesmo ele é um elemento de eleição privilegiada na abertura de novos caminhos que ele marca como, de algum modo, divergentes ou discrepantes. Com ele surgem novos e diferentes temas, diferentes focos, diferentes lugares, diferentes tempos, enfim, como ele se abrem novas cenas que, deixando outras para trás – com a marca explícita da alteração -, conduzem o texto para rumos marcadamente desviantes. (NEVES, 2006, p.254)

Dessa forma, esse coordenador pode ser empregado em início de parágrafo, abrindo um bloco maior, desviante do curso da narrativa. Por outro lado, pode iniciar um bloco de encerramento de capítulo. *Mas* pode ser empregado repetidamente em trechos de textos, segmentos grandes e complexos como frases e parágrafos, e esse emprego se reflete na temática, nos efeitos e na mensagem que compõe cada um desses segmentos, ou seja, cada um dos trechos em que *mas* ocorre refletirá na sua essência exatamente o que é a essência de um *mas*.

Mas, a coordenação também pode ocorrer sem conector explícito. Nesse caso é denominada assindética.

Às orações coordenadas sem a presença de um conector explícito, Bechara (2009) denomina de assindéticas ou justapostas, isto é, orações que se encadeiam sem que venham entrelaçadas por unidades especiais, apenas em sequência e, em geral, proferidas com contorno melódico descendente e com pausa demarcadora, assinalada quase sempre na escrita por vírgulas, ponto e vírgula e ainda dois pontos (p.479).

Um aspecto importante observado por Matos na coordenação são as construções assimétricas, construções que estão na fronteira entre coordenação e subordinação, pois

estabelecerem nexos entre os membros coordenados que, semanticamente, se aproximam da relação entre subordinante e subordinada.

Há construções que estão na fronteira entre uma e outra. Centramo-nos nas construções classicamente consideradas coordenativas, por exibirem explicitamente conjunções de coordenação, são casos-fronteiras as chamadas coordenações assimétricas. Estas coordenações estabelecem nexo entre os membros coordenados que, do ponto de vista semântico, se aproximam da relação entre subordinante e subordinado (MIRA MATEU et al, 2003, p. 555).

Conforme essa autora, as construções assimétricas podem dificultar a distinção entre subordinação e coordenação.

2.2 Os conectores

Os enunciados nas línguas naturais são formados por sequências lineares de itens lexicais que se estruturam hierarquicamente. Isto é, as palavras são agrupadas em sintagmas e esses sintagmas podem ser agrupados em outros de nível hierárquico mais elevado, até o nível da frase. Essa hierarquia dos constituintes vai depender da realidade de cada da língua.

Um falante pode reconhecer as construções possíveis na sua língua, mas quando se trata de descrever e analisar o seu funcionamento, encontramos, muitas vezes, problemas de ordem terminológica e conceitual. Essa situação se apresenta quando se fala em “conector”, termo que pode englobar fenômenos linguísticos diferentes, dificultando uma definição direta e precisa desse termo.

Este termo, conforme Touratier (2004) é um termo recorrente entre autores, que engloba fenômenos linguísticos diferentes, o que torna difícil uma definição direta e precisa. Entretanto, há um consenso quanto ao fato de que esse termo está ligado, linguisticamente, à noção de conexão, à relação entre proposições, relações linguisticamente marcadas entre declarações. Sendo o conector uma palavra gramatical como conjunções, advérbios, locuções, que têm a função de conectar segmentos de fala contribuindo para a constituição de unidades discursivas complexas a partir de unidades discursivas simples.

Os conectores, ao estabelecerem uma relação entre duas outras unidades, permitem determinações, mas, eles mesmos não são nem determinantes, nem determinados. Eles podem assumir formas variadas e apresentar-se junto à unidade que eles conectam ao resto do enunciado. Em muitos casos, os conectores encontram-se amalgamados com outra unidade como o nome (este geralmente chamado caso). Podem ser destacados e antepostos a esta

unidade (preposições), ou pospostos e frequentemente ligados, mas não formam amálgama com outro determinante ou nome (as posposições).

As classes às quais pertencem os conectores podem ser mais de uma e vão depender do inventário estabelecido para cada língua estudada. Quanto ao emprego, o conector pode ser caracterizado, de maneira geral, conforme o tipo de relação que ele estabelece entre as unidades ligadas: relações de determinação, de coordenação ou de oposição. E ainda conforme as propriedades das unidades com as quais eles mantêm em relação.

Segundo Matos, na “Gramática da Língua Portuguesa” (MIRA MATEUS et al, 2003), a distinção entre conectores e conjunções nem sempre é estabelecida nas gramáticas. E quando o fazem, baseiam-se principalmente na função semântica desempenhada por conectores e conjunções, isto é, a de estabelecer o nexos entre os membros coordenados. Essa autora, levando em consideração aspectos formais e semânticos, apresenta uma distinção entre conjunções coordenativas, conjunções subordinativas e conectores.

Os conectores são expressões que tem um âmbito mais geral de aplicação do que as conjunções. Ocorrem tanto em domínio de coordenação como de subordinação, mantendo seu papel de explicitar a ligação entre os constituintes envolvidos. Essas unidades distinguem-se formalmente das conjunções e dos complementadores (conjunções subordinativas) pelo fato de poderem coocorrer com eles. As conjunções coordenativas são definidas como palavras morfologicamente não flexionáveis que veiculam prototipicamente valores de adição, alternância ou contraste entre os termos coordenados. Já as conjunções subordinativas são denominadas por Matos de complementadores, em função dos valores que veiculam e também porque podem ocorrer quando os membros coordenados são frases subordinadas. Segundo a autora essa distinção se justifica porque duas conjunções ou dois complementadores não podem concorrer para uma mesma posição sintática, o que mostra que se trata de duas subclasses lexicais distintas.

Tradicionalmente, as conjunções são conhecidas como palavras invariáveis que unem frases, entretanto, não há acordo entre os autores sobre suas características, limitando-se, muitas vezes, a sua caracterização à função de conexão. Como no caso de Bechara (2009) que define as conjunções como unidades da língua que têm a missão de unir orações num mesmo enunciado e se repartem em coordenadas e subordinadas.

As conjunções coordenadas são consideradas por esse autor como um conector, por reunirem orações que pertencem ao mesmo nível sintático (independentes) e que podem aparecer em enunciados separados. Já as subordinadas, Bechara as designa de transpositores, porque têm por missão assinalar que uma oração que poderia ser sozinha um enunciado se

insere num enunciado complexo, perde as características de enunciado independente, de oração, para exercer, num nível inferior da estrutura gramática, a função de *palavra* (p. 319-320).

Conforme Neves (2006) a definição das conjunções em subordinativas e coordenativas, com ênfase numa função “ligadora” se deve ao papel exercido pelas conjunções (ligação) e também decorre da perspectiva dessas gramáticas: parte-se dos elementos componentes e se faz o percurso das relações integrativas, na perspectiva dos elementos menores para os maiores (p.244).

Capítulo 3: METODOLOGIA

Pretende-se com esta pesquisa apresentar uma proposta de descrição e análise morfofossintática dos conectores em Sateré-Mawé, considerando que essas unidades ainda não foram objeto de um estudo sistemático nessa língua. Este trabalho faz parte de um projeto mais amplo de descrição da morfofossintaxe da língua Sateré-Mawé, coordenado pela Dra. Dulce do Carmo Franceschini desde 1993.

Esta pesquisa fundamenta-se no arcabouço teórico da linguística descritiva sob o ponto de vista do funcionalismo estrutural europeu, de linha francesa que se preocupa em descrever a língua em uso. Sob esse enfoque, a língua é concebida como um instrumento de comunicação e interação social e postula que a descrição dos enunciados deve ser feita com base no uso real da língua, exigindo do pesquisador uma postura imparcial para que o trabalho tenha realmente caráter descritivo.

Nesse sentido, fundamentais são as atividades de pesquisa bibliográfica, bem como as leituras teóricas feitas sobre a abordagem funcional estrutural, os conectores e a língua Sateré-Mawé. Essas teorias são necessárias na adequação de procedimentos e critérios de análise aos fatos observáveis nas línguas naturais, e impõem também muitos desafios na articulação com a prática, para que a descrição dos fatos da língua esteja dentro do uso em que aparecem.

Na pesquisa bibliográfica realizamos o levantamento dos dados contextuais quanto à localização, população e língua do povo Sateré-Mawé, assim como aspectos teóricos relevantes nos autores que fundamentam a análise que se propõe fazer, principalmente, as propostas de André Martinet (1972) quanto ao funcionalismo estrutural; Claude Hagège (1982) quanto à sua metodologia para a análise dos enunciados de uma língua em níveis: morfofossintático, semântico-referencial; Denis Creissels (2006) no que se refere à frase; e Franceschini (1999) quanto aos estudos morfofossintáticos da língua Sateré-Mawé, entre outros autores.

Nessa perspectiva teórica, a pesquisa de campo se revela fundamental, pois além da coleta de dados linguísticos, constituição do *corpus* e confirmação de hipóteses, o trabalho no campo é importante para observação da língua em seu funcionamento e pela oportunidade de convivência com o povo indígena, assim como realizar o estudo da língua com a participação dos membros do grupo. No entanto, devido o tempo exíguo para o trabalho de campo, selecionamos para esse estudo um *corpus* constituído de enunciados retirados de livros de Leitura Sateré-Mawé e de um texto oral como exporemos adiante.

Além das orientações teóricas e metodológicas do funcionalismo estrutural para a análise dos enunciados, este estudo enquadra-se ainda no paradigma da pesquisa-ação, uma metodologia de trabalho que implica em um comprometimento maior do pesquisador com o grupo envolvido na pesquisa, neste caso com o grupo indígena Sateré-Mawé.

pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1994, -, 14).

Como o interesse direto desta pesquisa é a descrição da língua, pode-se contribuir, além desta, com o trabalho de registro e documentação dos resultados da pesquisa, trabalho que deve ser feito com a participação de membros do grupo, cujo resultado em muito auxiliará os professores Sateré-mawé nas atividades de ensino e revitalização da língua, valorizando-a e, assim, contribuindo para reduzir o risco de extinção.

Na pesquisa-ação existem objetivos práticos de natureza bastante imediata: propor soluções quando for possível e acompanhar ações correspondentes, ou, pelo menos, fazer progredir a consciência dos participantes no que diz respeito à existência de soluções e de obstáculos (THIOLLENT, 1994, p. 20).

É importante observar que a pesquisa-ação embora implique em um engajamento social, é considerada uma atividade científica com o fim de produzir conhecimento e experiência.

Em acordo com esse entendimento quanto à necessidade de um compromisso maior do pesquisador com o grupo pesquisado, antes mesmo do ingresso como aluna regular no programa de pós-graduação da UFU, tive a oportunidade dos primeiros contatos com membros desse grupo em duas viagens realizadas à cidade de Parintins-Am, onde se localiza o escritório da Organização dos Professores indígenas Sateré-Mawé dos rios Andirá e Waikurapá (OPISMA).

A primeira viagem foi realizada em janeiro de 2011 com o objetivo de prestar assessoria à OPISMA, no âmbito do projeto “Revitalização da Língua e de Práticas Culturais Tradicionais Sateré-Mawé”. Na segunda viagem, realizada em fevereiro de 2012, com o mesmo intuito, tive a oportunidade de conversar um pouco sobre a língua Sateré-Mawé, ocasião em que fiz um levantamento inicial sobre possíveis conectores dessa língua. O levantamento foi feito a partir de um texto referente à fala de três senhoras indígenas, enunciadas no 1º encontro das Mulheres Sateré-Mawé, realizado em setembro de 2008 pela

OPISMA. Esse texto já fora transcrito por Carneiro (2011) com a colaboração dos professores sateré-mawé, Helito dos Santos e José de Oliveira, os mesmos que contribuíram, ulteriormente, no estudo de outros textos utilizados no presente trabalho.

Além dessas, duas outras viagens foram realizadas à cidade de Parintins, com o objetivo de prestar assessoramento e contribuir com a documentação de eventos realizados pela Organização dos professores Sateré-Mawé. A terceira viagem foi realizada em abril de 2013 para participar de três oficinas pedagógicas e, a quarta viagem foi realizada em dezembro de 2013 para contribuir com apoio logístico e na documentação da Assembleia dos Professores.

Com exceção do primeiro contato, as três viagens realizadas à cidade de Parintins, além dos objetivos já mencionados, serviram também como oportunidade para o estudo da língua sateré-mawé junto com colaboradores indígenas.

O *corpus* dessa pesquisa constitui-se do material oral, acima referido, e de textos escritos pelos professores Sateré-Mawé e publicados na forma de livros, cujas narrativas têm por base a literatura oral. Esses textos foram escritos em oficinas e como parte de cursos de formação dos professores sateré-mawé, com o objetivo de produzir material didático para subsidiar o ensino formal da língua materna nas escolas sateré-mawé, dentre os quais selecionamos os que citamos a seguir:

1. *warana sa'awy etiat* (2000) “Sobre a origem do guaraná” - História mitológica sobre a origem do guaraná, escrita por Maturu’apep’i Sateré-Mawé;
2. *sateré-mawé miwan pakup* (2008) “Novos escritos Sateré-Mawé” – Livro que apresenta 41 histórias envolvendo os próprios autores, os professores e seus conhecidos. As histórias falam sobre o dia-a-dia das comunidades, relatando festas, caçadas, jogos, entre outros, de autoria de diversos professores do Andirá e Waikurapá;
3. *satere-Mawe mowe’eg hap* (1998) – Livro que apresenta várias narrativas do cotidiano Sateré-Mawé, de autoria dos professores do Marau;
4. *wahemeikowo tueru:t aheko* (2007) - Livro que apresenta várias narrativas do cotidiano Sateré-Mawé, de autoria dos professores representantes das três sub-regiões que compõem a Terra Indígena Andirá-Marau: Marau/Urupadi; Andirá e Waikurapá;

5. *wantym sa'awy etiat* – (2000) – “sobre a origem da noite” Livro que narra a história mitológica sobre a origem da noite, da autoria de vários professores.

A partir desse material, selecionamos os enunciados nos quais identificamos, com a colaboração dos professores indígenas, as unidades que pareciam funcionar como conectores em Sateré-Mawé. Dessa forma, identificamos, a princípio, 13 unidades, a saber: *ma'ato*, *pyno*, *tupono*, *sio*, *pote*, *turan*, *mi'ite*, *hawyi*, *mi'i pote*, *hamo*, *hano*, *pytkai* e *haype*.

Apresentamos no quadro abaixo o primeiro inventários das ocorrências dessas unidades nos enunciados selecionados.

CORPUS - OCORRÊNCIAS								
		corpus escrito (livros)					Corpus oral	Total
Conectores		Warana Sa'awy etiat	Sateré Miwan Pakup	Sateré-Mawé mowe'eg hap	Wahemeiko tueru:t aheko	Wantym sa'awy etiat	Encontro de mulheres	
1	ma'ato	18	55	26	30	06	18	153
2	pyno	08	18	16	08	07	07	64
3	tupono	01	03	16	09	02	03	34
4	sio	04	02	06	07	-	04	23
5	pote	11	39	31	21	04	05	107
6	turan	07	48	28	39	02	20	144
7	mi'ite	03	07	11	08	02	-	31
8	hawyi	30	106	77	51	06	-	270
09	mi'i pote	04	11	13	09	-	07	44
10	hamo	09	38	49	03	04	03	106
11	hano	01	-	01	-	-	-	02
12	pytkai	02	-	07	03	01	-	13
13	haype	01	05	03	04	04	-	17

Quadro 6: 1º inventário dos conectores

Entretanto, só foi possível analisar o funcionamento morfossintático e semântico-funcional de sete dessas unidades, a saber: *ma'ato*, *pyno*, *tupono*, *sio*, *pote*, *turan* e *mi'ite*, conforme apresentamos no capítulo seguinte.

Capítulo 4: CONECTORES DE ENUNCIADOS EM SATERÉ-MAWÉ

Para a análise dos conectores em Sateré-Mawé, parte-se das propostas de análise de enunciados de Claude Hagège (1982) e Denis Creissels (2006). Hagège define o enunciado como uma produção linguística aceita pelos locutores nativos como completa e possuidora de uma entonação reconhecida como ligada a este fato¹⁵. E para a análise dos enunciados deve-se levar em conta além dos aspectos morfossintáticos, os aspectos semântico-referenciais e enunciativo-hierarquicos, tais como topicalização e focalização.

Já Creissels (2006) considera que para a análise das produções linguísticas, por ele chamadas de frases, deve-se levar em conta tanto o ponto de vista enunciativo, quanto o ponto de vista lógico. A frase é definida, então, conforme já visto, como uma combinação de palavras cuja estruturação permite a expressão sistemática de elaboração enunciativa de um conteúdo proposicional. Já a frase complexa é definida por esse autor como sendo constituída de mais de uma unidade frasal que entram em relação de coordenação ou de subordinação. A noção de frase complexa implica, portanto, de uma maneira ou de outra em relações de interdependência entre as unidades frasais que a integram.

Para esse autor, a subordinação acontece quando uma estrutura frasal desempenha em relação à outra o papel de um constituinte, ou seja, fica evidenciado uma relação hierárquica entre uma estrutura frasal matriz, que apresenta as possibilidades de modulação enunciativa (asserção, interrogação e injunção) equivalentes àquelas de uma frase simples independente e uma estrutura frasal subordinada, na qual essas possibilidades de modulação enunciativa são bloqueadas. Ou seja, a subordinação se manifesta pela integração da estrutura frasal subordinada na frase matriz de cuja construção ela participa.

Nas frases complexas por coordenação este tipo de relação não acontece, pois as unidades frasais que entram nessas construções manifestam nas suas possibilidades de modulação enunciativa um grau semelhante de liberdade ou de bloqueio e nenhuma das duas manifesta comportamento que permita a assimilação de um componente pelo outro.

Nosso objetivo neste trabalho é, portanto, descrever e analisar, a partir dos pressupostos teóricos desses autores, enunciados complexos da língua Sateré-Mawé a fim de identificar os conectores e os tipos de relações que estes podem estabelecer entre as unidades frasais (ou transfrásticas), identificando seus valores semântico-funcionais e classificando-os de acordo com o tipo de relação que estabelecem, de coordenação ou de subordinação.

¹⁵ Vide página 37.

Os resultados apresentados a seguir são baseados na análise dos enunciados complexos extraídos de livros de leitura e de um *corpus* oral¹⁶, conforme mostra a tabela abaixo:

CORPUS - OCORRÊNCIAS				
		<i>corpus</i> escrito	<i>corpus</i> oral	Total
Conectores		Livros de leitura	Encontro de mulheres	
1	maʔato	27	18	45
2	pino	25	07	32
3	tupono	29	03	32
4	sio	15	04	19
5	pote	15	02	17
6	turan	08	20	28
7	miʔite	03	-	03
Total		122	54	176

Quadro 7: Ocorrência dos conectores nos enunciados

A tabela acima apresenta o total de 176 enunciados que conseguimos analisar com a colaboração de professores indígenas. Pode-se notar que os conectores que apresentam maior ocorrência são *maʔato*, *pino* e *tupono*, seguidos de *sio*, *tupono*, *turan* e *miʔite*, conector de menor ocorrência.

Observou-se na análise desses conectores que todos podem ser empregados como conjunção, isto é, como um morfema funcional que serve para estabelecer relação entre porções de um mesmo enunciado complexo, sendo que os conectores *maʔato*, *pino*, *tupono* e *sio*, do ponto de vista semântico-funcional, funcionam como conjunções coordenativas, enquanto *pote*, *turan* e *miʔite* como conjunções subordinativas.

Quanto ao conector *pino*, esse também pode ser usado para estabelecer relações além do nível da frase, ou seja, entre o conteúdo do enunciado do qual faz parte e porções do texto ou do discurso enunciadas anteriormente.

A seguir apresentamos uma análise desses conectores.

¹⁶ Não foi possível no âmbito desse trabalho realizar uma análise de todo o *corpus* inventariado devido à falta de tempo para a pesquisa de campo.

4.1 Conjunções coordenativas

4.1.1 *maʔato*

O conector *maʔato* funciona como uma conjunção simples em Sateré-Mawé, ou seja, é formado por apenas uma unidade morfológica, a qual pode ocorrer antes do predicado, em início de oração, ou após o predicado, em final de oração. A mudança de posição do conector implica, entretanto, em uma mudança de seu valor semântico-funcional, conforme veremos a seguir.

a) *maʔato* antes do predicado

Quando ocorre antes do predicado de uma oração, *maʔato* indica uma relação adversativa, que se caracteriza por apresentar um valor de oposição entre a frase que introduz e a frase anterior, conforme mostram os exemplos (1), (2) e (3) abaixo, retirados do livro de leitura da Língua Sateré-Mawé *Warana saʔawí etiat*.

- (1) meiko ti warana etiat ϕ - e - noi hap wentup.
 Dem. part. 'waraná' 'sobre' p3 + At.I + 'contar' NOM. 'um'

maʔato ϕ - tu - kupteʔen iranias - ʔin ϕ - h - enoi hat - ria wi.
 conec. 3pl+ VM+ 'existir' 'outro' + colet. 3pl + At.I + 'contar' NOM +pl adv.

“É esta uma das histórias sobre o *warana*. Mas também existem outros contadores dela (dessa história).”

Nesse exemplo, retirado da apresentação do livro *warana saʔawí etiat*, o autor explica que o mesmo conta a história da origem do guaraná e que foi escrito para que os Sateré-Mawé tivessem conhecimento dessa história e também sobre sua língua na modalidade escrita. No exemplo (1), o autor desse texto esclarece que essa história é apenas uma das histórias do guaraná, ou seja, uma de suas versões, e o faz a partir do uso de duas frases coordenadas pela conjunção *maʔato*, a qual ocorre no antes do predicado da segunda frase.

Já os exemplos (2) e (3) abaixo fazem parte da história do guaraná.

- (2) uniawasapʔi e-re-haʔat meikowo! uniawasapʔi e - re - haʔat meikowo!
 - uiawasapʔi p2+VM II+‘olhar’ Dem. uniawasapʔi p2+VM II+ ‘olhar’ Dem.

iʔatu - ϕ - ʔe. // **ma ʔato** so it ϕ - t - ehaʔat - ʔi
 3pl.+VM+‘dizer’ // conec. part. neg. p3+ VM +‘olhar’ - neg.

“Uniawasapʔi, olhe para cá! Uniawasapʔi, olhe para cá! disseram eles. Mas ela não olhou”.

- (3) waiŋ uru - tu - ʔe kue e - e - pe u - i - nit iʔatu - ϕ - ʔe,
 ‘Conselho’ 1excl.+ VM II + aux. part. p2+Attr.I+ ‘para’ p1+Attr.II+ ‘irmã’ 3pl. +VM+ ‘dizer’

ma ʔato awi ran it e - ti - kuap - ʔi rat uru - ϕ - ehai iʔatu - ϕ - ʔe.
 conec. adv. part. neg p2+At.I+‘saber’+neg. part. 1excl.+Attr.II+ ‘fala’ pl.+VM+‘dizer’

“Nós demos conselho para você, minha irmã, disseram eles, mas mesmo assim você não compreendeu (= levou em consideração) nossa fala, disseram eles”.

Nos exemplos acima, **ma ʔato** funciona como uma conjunção adversativa com um valor de oposição.

Conforme Neves (2006), em sua análise da conjunção *mas* do português, o valor básico desse conector é o de desigualdade, podendo este transitar numa escala que vai de pouco caracterizada, indicando, então, contraste, contrariedade ou desconsideração; e chegar à completa anulação, seja por oposição, rejeição ou refutação. Contudo, o novo traço não eliminaria seu valor básico e dependeria do potencial semântico dos termos coordenados.

A partir desta proposta de análise apresentada por Neves para o conector *mas* do português, poderíamos dizer que em Sateré-Mawé, o conector **ma ʔato** apresenta, no exemplo (1), um valor de contraste e, no exemplo (3), desconsideração, indicando em ambos uma desigualdade pouco caracterizada; Já no exemplo (2) a conjunção **ma ʔato** assume um valor de oposição, que é enfatizado pela negação¹⁷.

¹⁷ Em Sateré-Mawé, conforme Carneiro (2012), a negação de frase é feita pelo emprego dos morfemas descontínuos **it...ʔi** em enunciados assertivos; **it... tei+ʔo** em enunciados imperativos; e **it...te** em enunciados optativos, podendo a negação incidir sobre um ou vários termos do enunciado.

b) *maʔato* após o predicado

Após o predicado, o emprego do conector *maʔato* aponta para um valor conclusivo, que pode ser traduzido por “então”, diferentemente do valor que assume quando empregado antes do predicado da oração da qual faz parte, ou seja, de oposição. Vejamos os exemplos (4) e (5) abaixo. Em (4), a oração que apresenta a conjunção coordenativa ocorre antes da oração sem conjunção e, em (5), a conjunção *maʔato* ocorre após o predicado da primeira oração.

- (4) Hentit hawii so to - het - nuŋ naʔin.
 ‘Germinar’ depois. part. p3 + ‘nome’ + ‘fazer’ asp.

Depois que ele germinou, ela já lhe deu nome:

- Warana ϕ - ϕ - ʔe raʔin.
 warana p3+ VM+ ‘dizer’ asp.

“ É Warana, disse.”

- koitiwi ti waku raʔin *maʔato*
 ‘Agora’ part. ‘ser/estar bom’ asp.. conec.

“ Então agora já está tudo bem.”(tudo já está resolvido)

Em (4) temos uma passagem da história *warana saʔawy etiat* em que a personagem *Uniawasapʔi* planta as partes do corpo do seu filho morto pelos seus tios e de seu olho direito nasce a planta que recebe o nome de *Warana*. Essa planta é um ser mitológico, aquele que é responsável de cuidar e de dar força ao povo Mawé. Portanto, com o nascimento do Warana, tudo estaria resolvido, pois a morte física de seu filho não representou o seu fim, mas sim seu renascimento com maior força e poder. Daí a conclusão da personagem: “Então, agora, já está tudo bem.”

A frase do exemplo (05) abaixo se encontra no início da história *warana saʔawy etiat* e é uma das falas dos irmãos de *Uniawasapʔi*. Vejamos.

- (5) - e - we - ʔeŋ wo ʔo *maʔato* u - i - nit iʔatu - ϕ - ʔe,
 p2.+reflex. ‘cuidar’ posp. imp. conec. p1.+Attr.II+ ‘irmã’ 3pl. + VM+ ‘dizer’

mio ti aru ihainia - ʔin meimue puo e - ϕ - moweukaʔi u - i - nit

Deit. Part. fut. ‘homem’ + col. Dem. loc. p2+At.I+’malinar’ p1 +Attr.II+ ‘irmã’

“Os homens por lá poderão te malinar, minha irmã, então vá com cuidado minha irmã, disseram.”

No exemplo acima, a conjunção *maʔato* ocorre após o predicado da primeira oração. Essa oração apresenta valor conclusivo em relação à proposição da oração que lhe segue e que contém a advertência feita pelos irmãos à *Uniawasapʔi*: “Os homens por lá poderão te malinar, minha irmã”. Conforme a história, a possibilidade de “ser malinada”, refere-se às tentativas de conquista que *Uniawasapʔi* poderia sofrer de homens de outros clãs. Nesse caso, segundo a crença, caso ela se deixasse conquistar, seus poderes seriam eliminados o que a impossibilitaria de continuar a preparar o remédio dos irmãos. Diante de tal possibilidade os irmãos da jovem lhe aconselham: “então vá com cuidado minha irmã, disseram.”

4.1.2 *pino*

O conector *pino*, assim como *maʔato*, pode ocorrer antes do predicado ou após o predicado da oração da qual faz parte, não necessariamente em posição final, e pode operar tanto no nível frasal como no nível transfrástico¹⁸, conforme mostraremos a seguir. Nesses dois casos, tanto no nível frasal quanto no transfrástico, o emprego de *pino* parece indicar uma conexão entre segmentos inter-relacionados por laços de dependência conclusivo-consequencial.

No nível frasal, *pino* opera como uma conjunção e pode ocorrer antes ou após o predicado da frase da qual faz parte. A mudança de posição do conector implica, entretanto, em uma mudança de seu valor semântico-funcional, conforme veremos abaixo.

a) *pino* antes do predicado

A conjunção *pino*, antes do predicado serve para estabelecer uma relação de causa-consequência, como mostram os exemplos (06) e (07). Em (6), *pino* é empregado como uma

¹⁸ *pino* funciona como um conector e não como um dêitico discursivo uma vez que não retoma, faz referência a discursos anteriores, mas apenas indica que o texto que segue resulta de reflexões anteriores (discursos)

conjunção com valor conclusivo-consequencial em relação ao que é declarado na primeira oração. E, em (7), *pño* ocorre antes do predicado da segunda oração indicando que o conteúdo proposicional dessa oração é consequência do fato enunciado na oração anterior.

- (6) it e - ti - kuap hin - ʔi rasiŋ waiŋ uru - φ - ʔe hap
 neg. p2.+Attr.I+ ‘saber’ ‘pouco’+neg. part. ‘aconselhar’ 1 excl.+ VM+ aux. NOM.
 u - i - nit iʔatu - φ + ʔe. //
 p1.+Attr.II+ ‘irmã’ 3pl. + VM + ‘dizer’.

“Você não entendeu (levou em consideração) nosso conselho, minha irmã, disseram.”

pño e - re - sakupehuwiʔa ro u - i - nit, iʔatu - φ + ʔe.
 conec. p2.+ VM + ‘parte do corpo’ imp. p1.+Attr.II+ ‘irmã’ 3pl. + VM + ‘dizer’

“Então aborte minha irmã, disseram.”

Em (06), *pño* é empregado como uma conjunção com valor conclusivo-consequencial em relação à primeira oração, que apresenta uma declaração referente a um conselho dado e desconsiderado (em um dado momento da história *warana saʔawy etiat*). O fato de *Uniawasapʔi* não ter obedecido a seus irmãos leva-os a ordenarem, em consequência disso, que ela aborte. Essa ordem dada a *Uniawasapʔi*, que é consequência do que foi expresso na proposição anterior, é marcada, portanto, pelo conector *pño*.

- (7) miʔi hawi hari to - φ - 'e ase'i pe
 Dem. disso, ‘vovó’ p3.+VM + ‘dizer’ ‘vovô’ para
 - e-φ- perup ʔe ase'i to - φ - 'e.
 2p.+rel.+ ‘preguiça’ part. ‘vovô’ p3.+VM + ‘dizer’
pño ran e - ra - 'at ne'i.
 conec. part. p2 + VM + ‘cair’ part.

Depois disso, a vovó disse para o vovô:

- Você está com preguiça (mole) vovô, disse; então você caiu.

Em (07), temos um trecho do diálogo entre dois personagens da história *Ase'i toto hary wywo miat pe hap etiat* (Sobre a ida de vovô com vovó para uma caçada). Essa história integra o livro *Satere miwan pakup*, constituído de várias histórias do dia-a-dia Sateré-Mawé. Nesse exemplo, ***pño*** ocorre antes do predicado da segunda oração indicando que o conteúdo proposicional dessa oração (“você caiu”) é consequência do fato enunciado na oração anterior: (“você está com preguiça, vovô”)

b) ***pño*** após o predicado

A conjunção ***pño*** após o predicado aponta para um valor semântico-funcional de conclusão. Esse mesmo valor é o que o conector ***maʔato*** apresenta quando ocorre após o predicado¹⁹, conforme mostram os exemplos (04) e (05) acima. Vejamos agora os exemplos (08) e (09), que apresentam ***pño*** em posição pós-predicado.

- (8) weʔəna rat meime e - wa kawiat u-i-mi-ʔipituk taneke $\phi - \phi - ʔe$
 ‘castanha’ part. Dem. p2.+’rosto’ ‘frente’ ‘plantado por mim’ part. p3.+VM+ ‘dizer’

maʔato wi ti som e - ϕ - hamu - ʔin muo i - ϕ - kiʔe raʔin $\phi - \phi - ʔe$
 conec. adv. part. part. p2.+Attr.I + ‘tio’ + col. posp. p3+VM ‘escassear’ asp. p3.+VM+ ‘dizer’

e - we - ʔeŋ wo ʔo ***pño*** $\phi - \phi - ʔe$
 p2+ refl.+ ‘cuidar’ posp. Imp. conec. p3+VM+dizer

“Esta castanheira na tua frente (na frente do teu rosto) foi plantada por mim, disse; mas, talvez, teus tios escasseiem, disse; Tenha cuidado, então, disse.”

- (9) waiŋ e - i - wempap - ʔi te u - he - wowi $\phi - \phi - ʔe$,
 ‘conselho’ p2 +At.I+ ‘falar’ neg. part. p1.+ Attr.I + comigo p.3+VM+ ‘dizer’

Não falem comigo, disse,

it e - i - moweuka - ʔi hamo - ʔi rat a - ri - ot $\phi - \phi - ʔe$,
 neg. p2 + At.I + ‘brincar’ + neg. para + neg. part. 1 incl. + VM. + ‘vir’ p.3+VM+ ‘dizer’

“não foi para ser malinada por vocês que eu vim.”

¹⁹ É bem provável que haja uma diferença semântica (ou morfossintática) entre o uso desses dois conectores em posição pós-predicado, no entanto, não foi possível identificá-la no âmbito deste trabalho.

soporo **pño**. // eiwe - i - wat ϕ - ϕ - ʔe.
 ‘sair pra lá’ conec. 2pl + At.I + det. p3+VM+‘dizer’

“Saíam pra lá, então. Vão, vão, disse.”

Nos dois exemplos acima, as orações que contêm **pño**, são proposições conclusivas. Em (11) a personagem *Uniawasapñi*, a partir da observação que ela mesma faz ao filho sobre uma possível reação dos tios se ele mexer na castanheira, conclui que pode ser perigoso e aconselha o filho a ter cuidado: *ewe ʔeŋ wo ʔo pño* (“tenha cuidado, então!”)

Já em (12), a mesma personagem, em outro momento da história, está sendo assediada por alguns homens que querem conquistá-la. Esse exemplo apresenta o fim do diálogo, precisamente o momento em que *Uniawasapñi* argumenta que não está interessada e conclui: *soporo pño* (“saíam pra lá, então”).

c) **pño** em nível transfrástico

O conector **pño** também é empregado antes do predicado. Nesse emprego, **pño** pode ser traduzido por “então” do português, mas essa unidade não articula o conteúdo da oração que lhe segue com algo escrito anteriormente, mas com atos de fala produzidos anteriormente. Ou seja, para indicar que o ato de fala do qual faz parte (a frase) é consequência de um ou mais atos de fala enunciados anteriormente por diferentes locutores, ou pelo mesmo locutor. Esses atos de fala com os quais **pño** estabelece uma relação de causa-consequência podem ou não ocorrer no texto escrito.

Os exemplos (10) e (11) fazem parte de um texto de apresentação de um livro²⁰. Nesses exemplos, **pño** introduz orações que estão relacionadas a atos de fala anteriores. Em (10), o escritor utiliza esse conector na primeira frase do texto para apresentar o tema da história. E, em (11), **pño** é usado em uma oração que apresenta a escritora do texto e explica o porquê foi escrito.

²⁰ Livro *warana sa'awy etiat* (2000) “Sobre a origem do guaraná” - História mitológica sobre a origem do guaraná, escrita por Maturu'apep'i Sateré-Mawé.

- (10) **pño** meikowat popera i - φ - hai warana saʔawi ete.
 Conc. Dem. 'livro' p3.+Attr.II+'fala' 'guaraná' 'origem' posp.

'Então a fala desse livro é sobre a origem do guaraná.'

- (11) **pño** Maturuʔapepʔi φ- ti-wan e-ti-kuap i'ewite e-ti-kuap
 conec. Maturuʔapepʔi p2+AtI+'escreveu' p2+At.I+'saber' 'também' p2+At.I+'saber'

poʔonj a-i-pusu wan hamo.
 mais 'nossa língua' 'escrever' para

“Então Maturuʔapepʔi escreveu para você conhecer (a história) e também saber mais escrever nossa língua (= conhecer melhor a escrita da nossa língua).”

Nesses dois casos, **pño** pode ser traduzido por “então” do português, mas essa unidade não está articulando o conteúdo da oração que lhe segue com algo escrito anteriormente, mas com atos de fala produzidos no momento das discussões realizadas anteriormente à produção do livro. O livro em questão é monolíngue em Sateré-Mawé, e assim foi escrito para servir de material didático nas escolas, de modo que a sua produção é resultado de todo um processo anterior de discussão dos professores sobre a língua, a necessidade de documentá-la e revitalizá-la.

Nos dois exemplos acima, portanto, **pño** ocorre em orações que são consequência de atos de fala enunciados pelos professores Sateré-Mawé em momento anterior ao da produção do livro.

Já nos exemplos (12) e (13) abaixo, o conector **pño** serve para estabelecer uma relação entre atos de fala de diferentes personagens da história.

- (12) miʔi pote so φ - i - ti φ - h - enoi
 Dem. conec. part. p3. + Attr.II + “mãe” p3+At.II+“contar”

- **pño** mohuʔat φ - φ - 'e
 Conec. “vá buscar” p2 + VM + ‘dizer’

a - re - haʔat mono ai - me - wat pe
 1Incl. + VM + “olhar” para indet. + ad.ps. _rad.nom. para

Por isso, a mãe dele disse: “vá então buscar para eu ver isso (do que você está falando).”

- (13) ϕ - i - we - himūt hawii so to - h - enoi raʔin to - ϕ - pe:
 p3 + At.I + refl.+“acordar” depois part. p3cor.+At.II +”contar” asp. p3cor.-Atr.I+posp.

- meikoʔi neke e - ϕ - eha ʔahep hikuru ϕ - ϕ - ʔe.
 Adv. part. p2 +Attr.II.+‘olho’ ‘tirar’ ‘urubu’ p3.+VM+‘dizer’

miʔi hawii so miotã ϕ - ϕ - ʔe:
 Dem.. disso part. como p3.+VM+‘dizer’

- **pño** aru it karampe hin - ʔi raʔin
 conec. fut. neg. onde mesmo+ neg. asp.

a - tu - ʔu mahi pain ϕ - ϕ - ʔe.
 p.1+At.1-‘ingerir’ ‘álcool’ excl.(m) p3.+VM+‘dizer’

“Depois que ele acordou, (o homem) contou para ele:

- Quase que o urubu tirou teu olho, disse.

Depois disso, ele (o bêbado) falou assim:

- Então nunca mais vou tomar cachaça!! disse.”

Em (12) e (13) temos exemplos de conversas entre duas personagens. O exemplo (12) foi retirado do livro *Warana saʔawy etiat* e o (13) do livro *Satere miwan pakup*.²¹ Nesses exemplos, o conector **pño** funciona como um mecanismo que dá sequência ao texto, articulando, no exemplo (12), o ato de fala da “mãe” com atos de fala enunciados por “seu filho” em momento anterior; e no exemplo (13), o ato de fala do bêbado com o ato de fala de um outro homem. Nesse funcionamento, assim como nos exemplos (10) e (11), **pño** indica uma relação de causa-consequência concorrendo para a coesão do texto.

4.1.3 *tupono*

O conector **tupono**, diferentemente de **pño** e **maʔato**, ocorre após o predicado da oração da qual é parte integrante, sendo que, esta oração, apresenta um valor explicativo em relação à oração que lhe antecede, como podemos verificar nos exemplos (14)²² e (15).

- (14) uiwat u - i - miʔu ti maniʔai karai uʔi ϕ - to - iŋ

²¹ O exemplo (13) foi retirado da história *mahy pot etiat* do livro *Sateré miwan pakup* escrita por Jucimar Wasa'i (p.16).

²² O exemplo (14) foi retirado da história *Ikuap tusa:pte mahy'u hap etiat* do livro de leitura *Sateré Miwan Pakup* (p.53).

pron.poss. p1+Attr.II+‘comida’ part. ‘mandioca’ ‘torrada’ ‘farinha’ p3+VM+’ter’

ϕ - ϕ - ʔe // ϕ - he - waku kahato a-i-kaʔiwat **tupono** ϕ - ϕ - ʔe
p3+VM+ ‘dizer’ p3.+Attr.I+‘ser bom’ ‘muito’ ‘nosso+dono’ conec. p.3+VM+ ‘dizer’

“Quanto a minha comida, tem farinha de mandioca e tapioca, disse; pois nosso dono (=Deus) é muito bom, disse.”

No exemplo (14), a oração da qual **tupono** faz parte apresenta um valor explicativo em relação à oração que lhe antecede. Esse valor explicativo, ou seja, a existência do alimento se explica pela bondade de Deus.

(15) maʔato so // hirakat neʔi **tupono** // it ϕ - tu- weʔeŋ hap ewi hin - ʔi
conec. part ‘criança’ part. conec. neg. p3.+VM+“cuidado” NOM adv. ‘pouco’+neg.

“mas, porque é apenas uma criança, não tem nenhum cuidado.”

No exemplo (15), a frase nominal *hirakat neʔi tupono* (“porque é apenas uma criança”) ocorre após o conector **maʔato** seguido da partícula enunciativa **so**, e apresenta em relação à frase da qual **maʔato** faz parte (**maʔato** (.....) it ϕ - tu- weʔeŋ hap ewi hin - ʔi “mas (...) não tem nenhum cuidado”), um valor explicativo.

4.1.4 *sio*

O conector **sio** funciona como uma conjunção alternativa que serve para relacionar orações, mas também constituintes. Ocorre, tanto coordenando orações quanto constituintes, antes de cada um dos termos coordenados, conforme mostram os exemplos abaixo.

Nos exemplos (16), (17) e (18), **sio** é empregado como uma conjunção, relacionando duas orações, estabelecendo entre elas uma relação alternativa, sendo que em (16) e (17) faz parte de orações interrogativas e em (18) de uma oração declarativa. Nessas orações, pode-se observar que **sio** aparece antes dos dois verbos coordenados.

(16) mana **sio** ϕ + ti + koho ϕ - ϕ - ʔe **sio** ϕ - tu - weʔihā?
Mana conec. p3 + At.I + ‘lavou’ p.3+VM+ ‘dizer’ conec. ϕ - VM - ‘nadar’?

Mana ou lavou (roupa) ou nadou?

- (17) kurum *sio* ϕ - ti - ?-auka sahu *sio* ϕ - tu - wepira - ekii?
 kurum conec. p3 + At.I + ‘matar’ tatu conec. p3 + Vm + “puxar-peixe”?

O menino ou matou (caçou) tatu ou puxou peixe?

- (18) nekʔi *sio* ϕ - tu - wepi *sio* ϕ - i - potpāp
 nekʔi conec. p3 + VM + ‘cantar’ conec. p3 + V.In. + ‘trabalhar’

Nekʔi ou canta ou trabalha.

Nos exemplos (16), (17) e (18), *sio* é empregado como uma conjunção alternativa. Em todos os casos, o uso de *sio* indica que a realização de um dos processos coordenados implica na exclusão, ou seja, na não realização, do outro.

Já nos exemplos (19) e (20), o conector *sio* é empregado para coordenar constituintes e não orações. Nesse caso, é empregado antes de cada um dos constituintes nominais coordenados alternativamente.

- (19) kat hari -auka *sio* himpa *sio* a:hu: ?²³
 o que ‘vovó’ -‘matar’ conec. ‘tamanduá’ conec. ‘doença’

“O que matou vovó: ou tamanduá ou doença?”

Nesse exemplo, *sio* coordena as duas alternativas apresentadas como possibilidade de resposta à pergunta feita quanto à causa da morte da vovó: ou *himpa* (tamanduá) ou *a:hu:* (doença)?

O exemplo a seguir foi retirado do texto que apresenta a fala de uma senhora Sateré-Mawé. Essa fala tem como tópico a educação que os pais davam aos filhos, antigamente, desde que eram pequenos e também a educação que ela, assim como outros parentes seus, deu aos seus filhos.

- (20) a - i - mēpit: e - t - eru:t miʔi wa - tu - ?e //
 1 incl.+ Attr.II + ‘filho’ p2 +At.I + trazer dem. 1 incl+At.I+“dizer”

sio “penti” *sio* kat a - he - kat
 conec. ‘pente’ conec. o que 1 incl. +Attr.I - ‘coisas’

Nosso filho, você traz isso, dizemos, ou pente, ou qualquer coisa nossa.

²³ Exemplo extraído do trabalho de Spoladore “A Interrogação em Sateré-Mawé” (2011, p.136)

Neste exemplo, o conector *sio* serve para coordenar dois termos pospostos à oração (*sio* “*penti*” *sio kat ahekat*), os quais explicitam o valor semântico do pronome demonstrativo *miʔi*, que funciona como um pronome catafórico neste enunciado.

4.2 Conjunções subordinativas

4.2.1 *pote*

A conjunção *pote* ocorre sempre no final da oração da qual faz parte e apresenta um valor semelhante ao da conjunção condicional “se” do português, indicando “uma condição necessária para que se realize ou se deixe de realizar o que se declara na oração principal” (cf. BECHARA, 2009, p.327). No entanto, diferentemente do português, em Sateré-Mawé, esse conector além do valor condicional, pode apresentar um valor temporal hipotético, sendo então traduzido por “quando” (tempo incerto, hipotético, possível), como veremos abaixo.

Os dois exemplos a seguir foram extraídos de um livro que apresenta a narrativa mitológica sobre a origem do guaraná. Em (16) temos a fala dos irmãos da personagem *Uniwaspʔi*, orientando-a quanto às possíveis consequências se não atender às ordens recebidas.

No exemplo (21) temos uma frase complexa constituída de duas orações que mantêm entre si relação de dependência marcada pelo conector *pote*, que é parte integrante de uma oração subordinada condicional (a primeira oração), a qual apresenta em seu conteúdo proposicional uma condição necessária para que a proposição da oração principal (a segunda oração) se realize ou não. Trata-se de uma relação hipotética, pois a “irmã” pode seguir ou não as orientações dadas, sendo que essas são condição necessária para que “o remédio que vai preparar estrague ou não”.

(21) maʔato // it e - ti - kuap ʔi *pote* ti aru //
 conec. neg. p2+At.I+ ‘souber’ neg. conec. part. fut.

e - mi - hika aru ihi - piʔat u - i - nit iʔatu - φ - ʔe.
 p2 + NOM.+‘preparar’ fut. ‘líquido’+‘descer’ p1+Attr.II+‘irmã’ 3pl. +VM+‘dizer’

“mas, se você não souber isso (não levar em consideração isso), o preparado por você (nosso remédio) vai descer (não vai ter efeito) minha irmã, disseram.”

Nesse caso, o conteúdo da oração condicional remete a uma probabilidade, isto é, a realização ou não do que foi enunciado num momento futuro. Essa probabilidade está marcada no enunciado pelo morfema [aru] do Sateré-Mawé. Conforme Franceschini (1999), este morfema, quando localizado após o predicado verbal indica que o processo instaurado pelo verbo pode realizar-se ou não, em um futuro incerto. Ou seja, o morfema *aru* marca além do tempo, o modo “incerto”, hipotético, sendo, portanto, compatível com o valor do conector *pote*, indicador de condição necessária para que algo aconteça.

Já em (22), a oração subordinada *ĩ naku ĩ pote*, marcada pelo conector *pote* apresenta um valor condicional-temporal, permitindo duas leituras: se não estiver bom ou quando não estiver bom. Pode-se dizer que, nesse exemplo, a oração da qual faz parte *pote*, apresenta um conteúdo proposicional hipotético que pode ou não ocorrer em um futuro incerto (marcado pelo morfema *aru*).

- (22) En aru maʔato // ĩt naku - ʔi *pote* //
- você fut. conec. neg. ‘ser bom’ neg. conec.

waiŋ-waiŋ e -re-(ʔe) tuereto eʔiwāpakuptia pe uimempit ϕ - ϕ - ʔe

‘aconselhar’ p2+VM+aux. asp. ‘jovens’ posp. ‘meu filho’ p2+VM+‘dizer’

“Então, será você, se (quando) não estiver bom, meu filho, que aconselhará sempre os jovens, disse.”

Essa situação apresentada no exemplo (22) se reporta a um momento posterior à morte do filho da personagem *Uniawasapĩ*, momento em que a mãe da criança anuncia que ele não desaparecerá com sua morte física, pois dele (de uma parte do seu corpo), nascerá o *warana*, a planta verdadeira, o ser mitológico que ficará responsável de cuidar do povo Mawé.

4.2.2 *Turan*

O conector *turan* ocorre sempre após o predicado da oração da qual faz parte e funciona como uma conjunção subordinativa temporal, que pode ser traduzida por “quando” do português. No entanto, diferentemente de *pote*, que faz referência a um tempo hipotético,

virtual, de possível realização de um evento, *turan* faz referência a um tempo real, determinado em que ocorre o evento.

Os exemplos (23) e (24) foram retirados da história *warana sa?awi etiat*. O exemplo (23) apresenta o momento da história em que o filho de *Uniwasap?i* vai colher castanhas no local proibido por seus tios. A situação descrita relaciona-se com o momento em que ele se sentou e aparecem os vigias do local.

- (23) waku hap - wii // ϕ - ta - ?apik *turan* // ϕ - to - ?eŋ ra?in
 ‘Ser bom’ pr.rel.+‘depois’ p3+VM+‘sentar’ conec. p 3+VM +‘vir+pl.’ asp.

moihup-moihup arariu?i ϕ - ϕ - ?e hap ko?i.
 moihup-moihup arara p3 + VM + ‘dizer’ NOM. pl.

“Depois que estava pronto (bom), **quando ele se sentou**, as (araras) chamadas *moihup-moihup arariu?i* vieram.”

A oração subordinada *ta?apik turan* (quando ele se sentou), do exemplo acima, apresenta um valor temporal que relaciona o intervalo de tempo do evento por ela descrito (o momento em que o menino se senta), com o intervalo de tempo em que se localiza o evento apresentado pela oração principal (o instante em que chegam as araras).

No exemplo (24), a oração subordinada temporal inicia o período. Nesse trecho da história, *Uniawasap’i*, por não ter seguido as orientações dadas pelos irmãos, segundo a crença, no momento em que vai dissolver o remédio dos irmãos, o líquido desce (estraga).

- (24) to - i - hika i?atu - ϕ - pohaj *turan* so // ihi - pi?at ne?i ra?in//
 3cor. +At.I+‘dissolver’ 3pl+Attr.II+‘remédio’ conec. part. ‘líquido’+‘descer’ part. asp.

“Quando ela dissolveu o remédio deles, o líquido desceu (estragou).”

4.2.3 *mi?ite*

O conector *mi?ite* é empregado antes do predicado da oração da qual faz parte, sendo que essa oração é sempre a última de uma série de orações, cujos conteúdos proposicionais narram uma sequência de fatos que concorrem para a realização do processo expresso pelo

predicado da oração que contém *miʔte*, sendo que esse pode ser traduzido por “e finalmente...”.

O uso do conector *miʔte* exige, sistematicamente, que o verbo seja conjugado na voz média I, a qual é característica dos lexemas verbais que apresentam um aspecto télico²⁴. Vejamos o exemplo abaixo retirado de Franceschini (1999, p.244):

- (25) ϕ - to - to // ϕ - tu - we - ei // *miʔte* ket ϕ - ϕ - ʔe
 3Ag.+Moy.+“aller sg” 3Ag.+ Moy. + réfl + baigner conec. dormir 3Ag. + Moy. + Aux.

“Il est allé, il s’est baigné et alors il a dormi.”

“Ele foi, banhou-se (e então) dormiu.” (tradução nossa)

O exemplo (25) apresenta uma sequência de três ações, sendo que a última proposição é introduzida pela conjunção subordinada *miʔte* indicando que esta é a ação final de uma série. Nesse exemplo, o verbo da última oração da sequência é conjugado na voz média I, no entanto, esse verbo em orações independentes sempre ocorre conjugado na voz média II, já que faz referência, na concepção dos Sateré-Mawé, a um processo atélico, ou seja, que não se realiza plenamente e completamente a cada ocorrência, pois é uma necessidade cotidiana do nosso organismo (“dormir”).

O exemplo (26) foi retirado da história *Ase’i hũ etiat*²⁵ (“sobre o quati do vovô”) apresenta o instante dessa história, em que os homens que mataram o “quati”, têm dificuldade em levá-lo devido ao peso do animal.

- (26) taʔatu- ϕ - ʔauka hawii // taʔatu- ϕ - ʔesaiti- tek //
 3pl cor. + ‘matar’ depois // 3pl cor. + ‘corda’+‘cortar’ //

miʔte upi:t iatu - ϕ -ʔe hamuat wen // maʔato musi:n sese ϕ - i -potii.
 conec ‘suspender’ 3pl + ϕ +‘dizer’ fut part. // conec. ‘quati’ ‘muito’ ‘ser pesado’

²⁴Conforme Franceschini (1999), os verbos médios em Sateré-Mawé apresentam índices de voz média [-re- ~ -to- ~ - ϕ -], cujo emprego indica que um participante único dá início a um processo cujo efeito recai sobre ele próprio. A construção verbal média pode apresentar aspecto atélico ou télico. Os lexemas verbais são considerados atélicos quando fazem referência a um processo que tem início, mas não fim, e télicos, quando fazem referência a processos que têm início e fim.

²⁵ A história *Ase’i hu etiat*, escrita por Eraldo Ferreira de Oliveira, foi extraída do livro *Miwan pakup* p.34.

“Depois que o mataram, cortaram a corda e, finalmente, iam suspender, mas o quati era muito pesado.”

Da mesma forma que o exemplo anterior, o exemplo (26) apresenta três ações em sequência, sendo que a ação final expressa pelo verbo *upi:t iatu?e* na oração da qual *mi?ite* faz parte não chega a se realizar devido o peso do quati, o que é indicado nesta oração pela partícula *wen*, sendo esta, então, melhor traduzida pelo futuro do pretérito em português (“iam suspender”).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, “Conectores de Enunciados em Sateré-Mawé”, foi realizada com o objetivo de identificar as unidades da língua Sateré-Mawé que funcionam como conectores de enunciados, descrever e analisar seu funcionamento morfossintático e semântico-funcional.

No *corpus* selecionado neste estudo identificamos, inicialmente, 14 unidades que parecem funcionar como conectores em Sateré-Mawé, a saber: *maʔato*, *pɲo*, *tupono*, *sio*, *pote*, *turan*, *miʔte*, *hawy*, *miʔ pote*, *hamo*, *hano*, *pɲkai* e *haɲpe*. No entanto, neste trabalho foi possível descrever e analisar, com a colaboração de professores indígenas, sete dessas unidades, a saber: *maʔato*, *pɲo*, *tupono*, *sio*, *pote*, *turan* e *miʔte*.

Observou-se na análise desses conectores que todos funcionam como conjunção, isto é, como um morfema funcional que serve para estabelecer relação entre porções de um mesmo enunciado complexo, sendo que os conectores *maʔato*, *pɲo*, *tupono* e *sio*, do ponto de vista semântico-funcional, parecem funcionar como conjunções coordenativas, enquanto *pote*, *turan* e *miʔte* como conjunções subordinativas. A classificação dessas unidades em coordenativas e subordinativas baseou-se, principalmente, no critério semântico-funcional, uma vez que não foi possível, devido o pouco tempo disponível para esta pesquisa, aprofundar o estudo sobre as estruturas sintáticas dos enunciados complexos.

Dentre os conectores que funcionam como conjunção coordenativa, *maʔato* e *pɲo* apresentam, ambos, dois valores funcionais, sendo que esses são marcados pela posição em que ocorrem no enunciado: antes ou depois do predicado. Antes do predicado, *maʔato* funciona como uma conjunção com valor adversativo e, após o predicado, apresenta valor conclusivo. Já a conjunção *pɲo*, quando empregada antes do predicado, apresenta um valor de consequência e após o predicado, aponta para um valor semântico-funcional de conclusão.

No entanto, *pɲo* também pode ser empregado no nível transfrástico, ou seja, não relacionando o conteúdo de orações, mas o conteúdo do enunciado do qual faz parte com porções do texto ou do discurso enunciadas anteriormente. O conector *pɲo* serve, então, para indicar que o ato de fala do qual faz parte é consequência de um ou mais atos de fala enunciados anteriormente por diferentes locutores, ou pelo mesmo locutor. Esses atos de fala com os quais *pɲo* estabelece uma relação de causa-consequência concorrem para a coesão do texto e podem ou não ocorrer no texto escrito.

Quanto ao conector *tupono*, este também funciona como uma conjunção coordenativa, mas, diferentemente de *pño* e *maʔato*, ocorre somente após a oração da qual é parte integrante e aponta para um valor explicativo. Já o conector *sio* funciona como uma conjunção alternativa que serve para relacionar orações e também constituintes, sendo empregado sempre antes de cada um dos dois termos coordenados indicando que a realização de um dos processos coordenados implica na exclusão do outro.

Os conectores que funcionam como conjunções subordinativas identificados e analisados foram *pote*, *turan* e *miʔte*.

As conjunções *pote* e *turan* ocorrem sempre no final da oração da qual fazem parte. No entanto, *pote* apresenta um valor funcional de condicionalidade, que pode ser traduzido pela conjunção “se” do português, ou temporal hipotético (“quando”); já *turan* funciona como uma conjunção subordinativa temporal, mas, diferentemente de *pote*, que faz referência a um tempo hipotético, virtual, *turan* faz referência a um tempo real, determinado em que ocorre um evento.

Quanto ao conector *miʔte*, esse é empregado no início da oração da qual faz parte, sendo que essa oração é sempre a última de uma série de orações, cujos conteúdos proposicionais narram uma sequência de fatos que concorrem para a realização do processo expresso pelo predicado da oração que contém *miʔte*, sendo que esse pode ser traduzido por “e finalmente...”.

Esses foram os resultados de nossa pesquisa realizada no âmbito do curso de Mestrado, sendo que, pelo pouco tempo disponível, não foi possível aprofundar nossa análise em aspectos importantes para o conhecimento do funcionamento dos enunciados complexos de uma língua. Este é, portanto, apenas um estudo inicial e que devemos continuar para poder conhecer melhor o funcionamento dos conectores e dos enunciados complexos da Língua Sateré-Mawé.

REFERÊNCIAS²⁶

BECHARA, Evanildo. **Moderma Gramática Portuguesa**. RJ: Editora Lucerna, 2009.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.

CARNEIRO, Denize de Souza. **Construções Negativas em Sateré-Mawé**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2012 (Dissertação de mestrado).

COSTAOUEC, Denis & GUÉRIN, Françoise. **Syntaxe fonctionnelle: théorie et exercices**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007.

CREISSELS, Denis. **Syntaxe générale une introduction typologique 2**. Paris: Lavoisier, 2006.

DILLINGER, Mike. **Forma e função na linguística**. D.E.L.T.A., Vol. 7, n.º 1, 1991

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. **La langue Sateré-Mawé: description et analyse morphosyntaxique**. (Tese de doutorado). Paris: 1999

FRANCESCHINI, Dulce Carmo. O Sistema verbal em Sateré-Mawé: In: JORNADA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO GELNE, 18. Salvador: **Programas e resumos do GELNE**, 2000.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (coord.). **Wantym sa'awy etiat**. Brasília: MEC, 2000.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (coord.). **Warana sa'awy etiat**. Brasília: MEC, 2000.

FRANCESCHINI, Dulce Carmo. A voz inversa em Sateré-Mawé: In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO DE LÍNGUAS INDÍGENAS, 1. Belém:

²⁶Apresentação por meio do sistema autor-data, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

Atas I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL, Editora da UFPA, 2002.

FRANCESCHINI, Dulce Carmo. As classes de nomes em Sateré-Mawé. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2. **Programas e resumos**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2001.

FRANCESCHINI, Dulce Carmo. Os demonstrativos em Sateré-Mawé. In: RODRIGUES, Aryon D. & CABRAL, Camara Arruda Suelly, Ana. (orgs.). **Novos estudos sobre línguas indígenas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (coord.). **Satere-Mawe pusu ag kukag**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (coord.). **Wahemeikowo tuerut aheko**. Barcelona Espanha: Càtedra Unesco de Llengües i Educació, 2007.

FRANCESCHINI, Dulce Carmo. Os valores da voz média em Sateré-Mawé. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE LÍNGUAS E CULTURA TUPI, 1. **Línguas e Culturas Tupi**. Campinas: Editora Curt Nimuendaju, 2007.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (coord.). **Sateré-Mawé miwan pakup**. João Pessoa; Parintins (AM): Editora da Universidade Federal da Paraíba, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas, 2008.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (coord.). As posposições em Sateré-Mawé. **Revista Revel**. Edição especial n.3, 2009. ISSN 1678-8931. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/16/artigos/revel_especial_3_as_posposicoes_em_sater_e.pdf>. Acesso em: março de 2010.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. Incorporação do objeto em Sateré-Mawé. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**. Vol. 1, n. 2. Dez. 2009

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. Línguas indígenas e português: contato ou conflito de línguas? Reflexões acerca da situação dos Mawé. In: SILVA, Sidney de Souza (Org.) **cenários de bilinguismo no Brasil**. Coleção: Linguagem e Sociedade Vol 2. Campinas, SP: Pontes, 2011.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (coord.). A orientação e o aspecto verbal em Sateré-Mawé. **Revista de Estudos Linguísticos**. Belo Horizonte, v.18, n.1, p. 165-186, 2010. Disponível em: <<http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/Relin18-08-DulceFranceschini.pdf>>. Acesso em: março de 2012.

HAGÈGE, Claude. **La structure des langues**. Paris: 1982.

LAZARD, Gilbert. **L'actance**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

LORENZ, Sônia da Silva. **Os filhos do guaraná**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

MARTINET, André. **Elementos de linguística geral**. 4ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972.

MATOS, Gabriela. **Estruturas de Coordenação**. In: MIRA MATEUS, Maria H, *et al.* Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Caminho, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: Para o conhecimento das Línguas Indígenas. São Paulo: Loyola, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **A originalidade das línguas indígenas. Brasileiras**. (Conferência feita na inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, em 8 de julho de 1999). Disponível em: <<http://biblio.etnolinguistica.org/aryon>>. Acesso em: 10 de maio 2012.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna & CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. "Tupían", in: Campbell, Lyle & Verónica Grondona, *The Indigenous Languages of South America. A Comprehensive Guide*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2012, p. 495-574.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SPOLADORE, Fernanda Ferreira. **A interrogação em Sateré-Mawé**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011 (Dissertação de mestrado).

TEXEIRA, Pery. (org). **Sateré-Mawé - retrato de um povo indígena**. Manaus: UNICEF, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1994.

TOURATIER, Christian. **Que faut-il entendre par "connecteur"?** In la connexion et les connecteurs la frase existentielle. Cercle Linguistique D'Aix-en-Provence. Travaux 19. Publication de L'Université de Provence, 2006.